



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MÔNICA PERNAMBUCO COSTA

PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE
DINÂMICA URBANA DA CIDADE DO OIAPOQUE

FORTALEZA - CEARÁ

2019

MÔNICA PERNAMBUCO COSTA

PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE
DINÂMICA URBANA DA CIDADE DO OIAPOQUE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador (a): Profa Dra Roselane Gomes Bezerra

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Costa, Mônica Pernambuco .

Planejamento urbano e políticas públicas:
reflexões sobre dinâmica urbana da cidade do Oiapoque
[recurso eletrônico] / Mônica Pernambuco Costa. -
2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ⅝ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 57 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas
Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Roselane Gomes Bezerra .

1. Dinâmica Urbana. 2. Fronteira. 3. Planejamento
Urbano. 4. Oiapoque. I. Título.

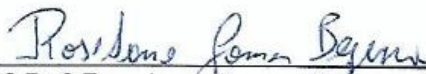
MÔNICA PERNAMBUCO COSTA

PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE
DINÂMICA URBANA DA CIDADE DO OIAPOQUE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 01/08/2019

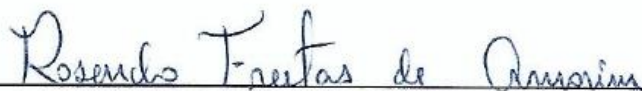
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof.^a Dr.^a Kátia Paulino dos Santos
Universidade Estadual do Amapá - UEAP



Prof. Dr. Rosendo Freitas de Amorim
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Dedico esse trabalho a meu Pai, Francisco de Assis, a minha Mãe Jacinta Pernambuco, as minhas queridas irmãs Suzana e Camila, e ao meu Marido Rogério por estarem sempre presente quando preciso afetivamente quanto profissionalmente, e aos meus filhos Maria Eduarda e Felipe que enchem de alegria os meus dias.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Roselane Gomes Bezerra, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, especialmente a Juliane Silva, Nazir Rachid e Ocimar Aranha, cujo apoio e amizade foram essenciais em todos os momentos dessa etapa.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente aos meus pais pelas revisões incansáveis ao longo da elaboração deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar o papel das políticas públicas, ou sua ausência, nos problemas sociais existente na cidade do Oiapoque e sua influência na modificação da paisagem urbana a partir da construção da ponte binacional. A fronteira aqui analisada apresenta especificidades que a difere das demais fronteiras do Brasil, em decorrência do processo de transformação espacial ocorrido ao longo dos anos, sobretudo, no espaço urbano de Oiapoque e por ser a única fronteira brasileira com a União Europeia. Atualmente as relações fronteiriças entre Brasil e Guiana Francesa, ocasionam impactos consideráveis na configuração e na dinâmica urbana da cidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, destacam-se a realização de pesquisas bibliográficas e documentais, publicações impressas e eletrônicas, além disso foi enfatizado um estudo teórico-conceitual sobre a fronteira. Este estudo mostra a importância do conhecimento e a compreensão dos fatores vinculados à fronteira franco-brasileira que influenciam nas relações socioeconômicas nesta fronteira, o que possibilita o dinamismo do espaço urbano, na contemporaneidade.

Palavras-chave: Dinâmica Urbana. Fronteira. Planejamento Urbano. Oiapoque.

ABSTRACT

This dissertation has as main objective to analyze the role of public policies, or their absence, in the social problems existing in the city of Oiapoque and its influence in the modification of the urban landscape from the construction of the binational bridge. The frontier analyzed here has specificities that differ from Brazil's other frontiers, due to the process of spatial transformation that occurred over the years, especially in the urban space of Oiapoque and because it is the only Brazilian border with the European Union. Currently the border relations between Brazil and French Guiana, cause considerable impacts on the configuration and urban dynamics of the city. As for the methodological procedures, we highlight the accomplishment of bibliographical and documentary researches, printed and electronic publications, besides it was emphasized a theoretical-conceptual study about the frontier. This study shows the importance of knowledge and the understanding of the factors linked to the Franco-Brazilian border that influence the socioeconomic relations in this border, which makes possible the dynamism of the urban space, in the contemporaneity.

Keywords: Urban Dynamics, Frontier, Urban Planning, Oiapoque.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Atoleiro de Trecho da BR 156.....	26
Figura 2-	Maquinário para ajuda dos veículos que ficam no atoleiro da BR 156.....	26
Figura 3-	Vista panorâmica da Ponte Binacional.....	28
Figura 4-	Vista da Aduana Francesa no local da Ponte Binacional.....	28
Figura 5-	Vista panorâmica da Aduana Brasileira no Oiapoque.....	28
Figura 6-	Mapa de áreas protegidas no estado do Amapá.....	31
Figura 7 -	Foto da vista do Prédio do Hospital Estadual de Oiapoque.....	41
Figura 8-	Vista da Escola Estadual Joaquim Nabuco em Oiapoque.....	41
Figura 9-	Fotos do centro da cidade do Oiapoque mostrando aspectos da estrutura da drenagem de manejo de águas pluviais.....	44
Figura 10-	Fotos mostrando as deficiências na rede de esgoto no centro da cidade do Oiapoque.....	45
Figura 11-	Fotos do centro da cidade do Oiapoque demonstrando a má disposição/colocação dos resíduos para coleta e o despejo de lixo nas vias públicas.....	46
Figura 12-	Ocupação desordenada no Oiapoque.....	48

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Equipamentos de atendimento de saúde existentes em Oiapoque.....	40
Mapa 2 -	Equipamentos de atendimento de educacional existentes em Oiapoque.....	42
Mapa 3 -	Fonte de abastecimento de água utilizado no município de Oiapoque..	43
Mapa 4 -	Tratamento do esgoto sanitário no município de Oiapoque.....	45
Mapa 5 -	Conflitos Urbanos no município do Oiapoque.....	47
Mapa 6 -	Expansão urbana de Oiapoque de 1924 a 2014.....	49
Mapa 7 -	Divisão do perímetro urbano de Oiapoque por bairro.....	50
Mapa 8 -	Mapa de Uso e Ocupação do solo no município do Oiapoque.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanentes
CAESA	Companhia Estadual de Abastecimento de Água e Esgoto
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDP	Plano Diretor Participativo
PDUO	Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque
PIB	Produto Interno Bruto
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá
SUS	Sistema Único de Saúde
UC's	Unidades de Conservação
ZHIS	Zonas Habitacionais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO.....	16
2.1	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CIDADE COMO INSTRUMENTO URBANÍSTICO.....	17
2.2	LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO.....	20
2.3	PLANEJAMENTO ATUAL NA CIDADE DO OIAPOQUE.....	22
2.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADAS PARA O MUNICÍPIO DE OIAPOQUENSE.....	23
3	OIAPOQUE E SUAS IMPLICAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS: AMAPÁ E GUIANA FRANCESA.....	25
3.1	FRONTEIRA.....	29
3.2	ÁREAS PROTEGIDAS.....	31
3.3	TURISMO.....	33
3.4	O CORREDOR DE INTEGRAÇÃO: MACAPÁ-OIAPOQUE E OS NOVOS CONFLITOS NA FRONTEIRA.....	34
4	ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE OIAPOQUE.....	38
4.1	ASPECTOS ECONÔMICOS	38
4.2	ASPECTOS SOCIAIS.....	39
4.3	ASPECTOS AMBIENTAIS.....	46
4.4	EVOLUÇÃO URBANA.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A organização do espaço urbano tem sido uma preocupação constante do Estado, uma vez que a desordem urbana tem causados sérios e profundos problemas aos ocupantes desse espaço. Na realidade a política urbana brasileira das últimas décadas ajudou a criar espaços desiguais, onde existe um grande número da população vivendo em áreas alagadas, sem energia, com falta de rede de esgotamento sanitário, sem água, áreas sujeitas a ilegalidade (MARICATO, 2001). Sendo assim, a política urbana foi maléfica a população, principalmente, aqueles de baixa renda, em que empurrou para ocupá-la o submundo das cidades.

Com o município de Oiapoque não foi diferente. Tendo uma localização estratégica no extremo norte do Estado que evidenciou seu potencial fronteiro para a integração do Amapá com a Guiana Francesa. Porém, antes que o Governo Federal percebesse o potencial do município o setor privado passou a explorar os recursos naturais dessa região, e o uso diversificado de matéria prima. O governo não revela o viés político-econômico que permeou as suas ações no município, que acabou interferindo progressivamente no modo dos habitantes da região, sobretudo nas questões de natureza cultural. (OLIVEIRA, 2004).

Diante do exposto, o inchaço populacional foi inevitável, com implicações na constituição de novos aglomerados urbanos decorrentes de ocupação desordenada e sem o mínimo de planejamento urbano espacial. Destacasse que parte dessa massa populacional não consegue colocação profissional, estabelecendo assim, um exército de mão-de-obra pouco qualificada e ociosa que busca sobrevivência e fixação nas condições mais adversas possíveis. As atividades que influenciam o núcleo urbano do Município de Oiapoque estão configuradas entre as atividades clandestinas como: garimpos ilegais, invasões e outras atividades, como o turismo sexual.

As condições de infraestrutura urbana de Oiapoque, tem como a principal adversidade para exercer o controle da fiscalização do crescimento urbano, fato consequente dos principais problemas de planejamento e gestão urbana, o planejamento urbano é determinante para as condições da infraestrutura que refletem automaticamente como a principal adversidade para a fiscalização urbana. As invasões são de extrema adversidade ao controle da fiscalização urbana, na medida em que elas causam a expansão desorganizada do traçado urbano, surgem áreas da cidade sem infraestrutura e se caracterizam como sendo uma expansão totalmente irregular.

O município de Oiapoque, assim como os demais municípios amapaenses, revela a face cruel dos municípios amazônicos. A falta de cumplicidade entre as esferas administrativas

e de poder tem contribuído para a queda da qualidade de vida seja pela não oferta de serviços urbanos seja pela não melhoria dos serviços de transporte coletivo, água, esgoto, pavimentação, sistema de trânsito, entre outros.

Na lógica do ordenamento e ocupação do solo urbano o Estado tem um papel fundamental para intervir nesse espaço, hoje o Estatuto da Cidade é o instrumento que procura corrigir a falha das políticas passadas, vem induzir o planejamento urbano, priorizando a construção de espaços com melhor condição de moradia, garantindo qualidade de vida a população. A política urbana, segundo o Estatuto da Cidade, vem ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005). Assim, a cidade através do planejamento passa a cumprir sua função social quando se torna acessível para todos os cidadãos, isso significa que os bens, equipamentos e serviços urbanos como saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda devem ser usufruídos por todos, independentemente de sua condição social.

O Estado através de seus gestores mais preparados é capaz de melhorar os aspectos das cidades, que segundo Holanda apud Ferreira (2008) explica que o espaço com cidadania é aquele em que o indivíduo goza dos direitos civis e políticos, desempenha deveres com liberdade sem que haja distinção e isso implica em afirmar que todos têm direito, e ele acontece quando a sociedade pode usufruir de educação, saúde, segurança, moradia, habitação etc. Mas o que se percebe ainda é uma dissociação do gestor público sobre o que é planejamento e sua execução. É comum haver uma certa tendência de “mesclar” as decisões de planejamento com as decisões de execução das ações propriamente ditas, como se fossem uma coisa só, ou ainda não dão importância sobre as etapas e funções do instrumento, com isso passam a implantar as políticas urbanas de forma repentina, onde o instrumento passa a ser mera formalidade da lei (SOUZA, 2006).

As políticas públicas que o Estado utiliza são instrumentos essenciais para que possa cumprir o seu papel de protetor da sociedade com a prestação de serviços públicos. Neste caso a política urbana é definida por Souza (2006) como ramo do conhecimento que discute e avalia, dentre outros temas, proposta de crescimento e desenvolvimento das cidades, considerando aspectos de regularização fundiária, políticas habitacionais, ocupação e uso do solo e desenvolvimento sustentável.

No Amapá, segundo Tostes (2007), a criação das cidades aconteceu de forma irresponsável, uma vez que a maioria dessas cidades não apresenta base de receita ou estrutura econômica sólida que proporcionem sua autonomia financeira, mantendo-se completamente dependente de recursos proveniente dos Governos Federal e Estadual. Isso implica na falta de

autonomia para direcionar suas políticas urbanas, mas também não só isso, os gestores municipais não dispõem de conhecimento técnico e compromisso político.

O papel do Estado no Amapá é de preparar a organização desses espaços a partir de um plano de desenvolvimento regional, priorizando políticas que valorizem as características comuns existentes entre as cidades, ou seja, criando uma política de desenvolvimento com o surgimento de polos urbanos é de fundamental importância. Quando se fala sobre desenvolvimento regional se apoia nos conceitos de Becker (2003) em que diz que o processo de desenvolvimento regional envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja, as regiões devem aproveitar suas vantagens comparativas, diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região.

A dissertação teve como objetivo principal analisar o papel das políticas públicas, ou sua ausência, nos problemas sociais existente na cidade do Oiapoque e sua influência na modificação da paisagem urbana a partir da construção da ponte binacional. Nesse sentido, fez-se necessário caracterizar o contexto atual da cidade do Oiapoque; Compreender a dinâmica do crescimento urbano da cidade de Oiapoque (AP) no período de 2007 a 2017; avaliar a aplicação do planejamento e o desenvolvimento da paisagem urbana a partir de mecanismos de política urbana da cidade de Oiapoque. Para atender esta proposta, a questão norteadora do trabalho é: De que forma as políticas públicas urbanas podem influenciar no planejamento urbano de uma cidade fronteira?

A dissertação procura responder esse questionamento valendo-se da metodologia de trabalho que constitui reconhecer, na pesquisa bibliográfica e documental, publicações impressas e eletrônicas, que foram elementos importantes para a base teórico-conceitual do estudo sobre a fronteira. De acordo com Gil (2006) a pesquisa bibliográfica possibilita que se utilize de material já elaborado como livros, revistas e artigos científicos para montar o arcabouço teórico necessário ao desenvolvimento e fundamentação da discussão da temática pesquisada.

Em se tratando da pesquisa documental a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental é a natureza das fontes, pois na segunda é feita a análise de documentos primários como arquivos, relatórios, banco de dados de instituições públicas ou privadas, a exemplo, sindicatos, igrejas, empresas, prefeituras, secretarias entre outros órgãos e a segunda tem como fonte material científico publicado (GIL, 2008)

A pesquisa foi estruturada inicialmente a partir de fundamentação teórica com pesquisa bibliográfica, que buscou na literatura autores que faziam abordagem da temática do

planejamento urbano e dinâmica urbana de pequenas cidades de fronteira. Também foram relacionados trabalhos referentes à análise de políticas urbanas em fronteiras como (FERREIRA (2017); MARICATO (2001); OLIVEIRA (2004); TOSTES (2011).

Na caracterização do município de Oiapoque foram utilizados diversos documentos de órgãos oficiais tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá (SEPLAN), Instituto Nacional de Reforma Agraria (INCRA) e autores que desenvolvem pesquisas em Oiapoque.

Sendo assim, esses elementos auxiliam nas análises sobre o tema, permitindo uma reflexão mais profunda sobre o espaço urbano de fronteira e os fatores que influenciam no desenvolvimento urbano e socioeconômico.

Esta pesquisa está dividida em 6 itens. Em primeiro lugar, a introdução. No segundo item, faz-se a revisão de literatura abarcando conteúdo sobre planejamento urbano. No terceiro, a caracterização do município de Oiapoque. No quarto, faz-se a análise da dinâmica urbana da cidade de Oiapoque gerada pela implantação da Ponte; a última parte corresponde às considerações finais do trabalho e as referências utilizadas.

O interesse por se estudar essa região se justifica, também, pela pequena quantidade de pesquisas vinculadas a políticas de planejamento urbano-regional na área de fronteira em pequenas cidades em decorrência de construção de grandes equipamentos urbanos. Evidenciando aspectos que podem ser repensados, aspectos esses que compõem um conjunto de decisões amplas e objetivas para corrigir as desigualdades. Com isso o estudo aponta relevância em dois aspectos: acadêmico e político.

Na acadêmica deve contribuir no conhecimento quando procurará levar à academia a reflexão de como acontece a dinâmica urbana em espaços fragilizados da cidade. No político quando deve ressaltar a importância do planejamento urbano como instrumento de otimizar recursos a partir do consórcio de municípios. Ainda dentro do campo político, é importante que exista um plano de ordenamento físico territorial para o estado do Amapá integrado a um plano regional, envolvendo efetivamente decisões de interesse nacional, estadual e municipal, seguindo as etapas do ciclo de planejamento com compromisso e responsabilidade.

Este estudo espera como resultado contribuir na formação de uma base de investigação científica, partindo do entendimento de que a ciência não é o meio de resolver os problemas, mas um meio de apontar caminhos à solução para os problemas, com isso, deverá trazer contribuições à formação do conhecimento científico em diversas áreas (economia, sociologia, geografia, arquitetura). O estudo atenderá a construção de uma base de informações, dados e conhecimentos voltados à realidade local ampliados ao contexto regional.

2 PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO

O Urbanismo é a ciência e a arte de ordenar o espaço urbano, a história construída nas cidades ao longo dos anos se torna determinante no presente e, permite compreender através da paisagem urbana o porquê de determinadas decisões e ações. Os agentes que produzem o espaço urbano apresentam divergências em seus interesses, com isso, na disputa pelo cumprimento dos objetivos individuais, em detrimento das necessidades coletivas, contribuem com o caráter desigual e contraditório da cidade.

No entanto, as ações e decisões expressas no espaço pelos agentes sociais também os influenciará em sua reprodução social. O planejamento urbano é fundamental para compreender a produção do espaço porque ele está diretamente ligado aos interesses dos agentes que o produzem, no entanto, devido a maior influência da classe média brasileira sobre o Estado vemos um privilegiamento desses interesses, que não condizem com os interesses do coletivo, de caráter público, mas atendem a uma demanda privada de caráter individual.

Essa influência é vista nas cidades brasileiras que não contam com a distribuição de seus meios de consumo coletivos de forma equitativa, privando os mais pobres de consumir determinados equipamentos, e até mesmo de consumir o próprio espaço da cidade, devido as decisões tomadas no âmbito do planejamento urbano, que atualmente não traz em suas diretrizes pormenorizações sobre os diversos temas que interessam a população, consistem em uma fachada ideológica para sustentar os interesses das elites.

No Brasil o Planejamento Urbano, possui desdobramentos, e a mais antiga dentre elas é o Zoneamento, posteriormente surgiram os Planos de Embelezamento e Melhoramentos, o Plano de Avenidas e atualmente temos os Planos Diretores.

O Zoneamento, foi uma das primeiras ferramentas utilizadas no planejamento urbano do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir de meados do Séc. XIX, mas foi implantada de forma rudimentar. Hoje ainda é amplamente utilizado, sob diversas formas, como um dos conceitos e técnicas mais usuais da elaboração dos planos diretores municipais. O zoneamento nada mais é a divisão do território urbanizado, ou a ser urbanizado, para aplicação de parâmetros de uso e ocupação específicos.

A partir da instituição da Política Urbana na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Os municípios, então, passaram a ter a competência sobre a ordenação, o uso e a ocupação do solo, que são vistos como ferramentas de regulação, baseado principalmente em modelos ideais de distribuição de densidades e compatibilidade.

2.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CIDADE COMO INSTRUMENTO URBANÍSTICO

O grande marco das conquistas legislativas do Movimento Nacional por Reforma Urbana foi a previsão constitucional das funções sociais da propriedade e da cidade. O artigo 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal de 1988, prescreve que o direito à propriedade está condicionado ao cumprimento de sua função social.

A Constituição brasileira de 1988 foi promulgada em um momento de ascensão das forças sociais que lutavam pela democratização do país. Havia um movimento de reforma urbana que buscava instaurar a função social da cidade, da propriedade urbana e a democratização da gestão urbana no processo de construção de cidades.

Entre as conquistas significativas no campo do planejamento urbano, pela primeira vez em uma constituição no país, foi incluído um capítulo dedicado à política urbana. Com a instituição dos artigos 182 parágrafo 1º, estabelece: "O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana" e 183 estabelece: "Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural". A partir daí iniciou-se o processo de politização do planejamento urbano, assegurando ao poder municipal a jurisdição para definir o ordenamento territorial urbano, atribuindo maior autonomia municipal para construção das próprias ferramentas de planejamento e gestão urbana. Estas, implantadas através do estabelecimento de bases jurídicas, as quais foram remontadas, principalmente, na figura do Plano diretor, um instrumento básico da política de desenvolvimento e de crescimento urbano (ROLNICK, 1997; SILVA; ARAÚJO, 2003; CYMBALISTA, 2006; LOBÃO, 2007; NOGUEIRA; CARVALHO, 2009; CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Na Lei Magna passou a ser instituída a obrigatoriedade dos planos diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes, responsáveis por definir a política urbana e suas funções sociais. Esta orientação constitucional aponta para o abandono da ideia de planejamento urbano substituindo pela concepção de gestão, mostrando quais os elementos que as prefeituras dispõem para gerir recursos, no sentido de uma maior equidade. A partir desse instrumental, os governantes têm mecanismos jurídicos para, se não solucionar, ao menos amenizar um grave problema, que é o de moradia para a população de baixa renda, diminuindo

as gritantes desigualdades no acesso ao solo urbano. Além disso, estabeleceu mecanismos jurídicos como parcelamento compulsório, IPTU progressivo e usucapião urbano de interesse social como propulsores da viabilização urbanística de controle do uso do solo, democratizando o acesso à terra (BRASIL, 1988; BOEIRA, 2009; CRUZ, 2011; OLIVEIRA, 2011; LIMA, 2012; POLIDORO, 2012)

O planejamento intra-urbano, como ferramenta básica para a formulação e execução da política urbana nas cidades, passou a ser juridicamente regulamentado e definido em termos de competências dos diversos níveis federais após a nova Constituição (ADEODATO, 2010).

Somado a isso, marco referencial da trajetória da reforma urbana brasileira, cria-se o Estatuto da Cidade na forma da Lei Complementar nº 10.257/2001, lei que representou um passo importante na formatação de uma política urbana participativa e com controle social, configurou-se na efetiva regulamentação dos interesses e instrumentos constantes nos artigos 182 e 183 da Constituição. Reafirmou a participação social como princípio normativo da política urbana, com a gestão democrática dos municípios, o qual a sociedade é colocada como agente ativo nas discussões e definições de diretrizes.

O Estatuto da Cidade é a lei federal que estabelece normas gerais para o desenvolvimento da política urbana no Brasil. Nota-se que já no art. 1º, parágrafo único, do referido diploma, consagra-se as normas ali previstas como sendo de ordem pública e de interesse social —que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Em outras palavras, a política urbana não está desvinculada nem da esfera social, nem da esfera ambiental. Outra prova de que a cidade não está apartada da análise do ambiente natural é o rol exemplificativo de diretrizes elencadas pelo Estatuto, em seu art. 2º, com destaque aos seguintes incisos:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (...) IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (...) VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; h) a exposição da população a riscos de desastres. (...) VIII – adoção de padrões de

produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência; IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; (...) XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população; XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Os instrumentos previstos no art. 4º da Lei n. 10.257/01 igualmente reforçam a necessidade de pensar a construção e manutenção do espaço urbano na perspectiva difusa, inclusiva social e ambientalmente.

Mesmo com a vigência de uma lei progressista como o Estatuto da Cidade, não se pode dizer que os problemas urbanos se tornaram mais fáceis de resolução. Isso porque existe uma disputa da produção do espaço urbano que vai muito além dos novos paradigmas jurídicos consolidados, tais como a participação popular nas tomadas de decisão e a conceituação acerca das funções sociais da cidade e da propriedade.

Como principal ferramenta de envolvimento do cidadão, de ordenamento e gestão, institui-se o Plano Diretor Participativo. Os poderes executivo e legislativo do município, de fato, definem as suas políticas de desenvolvimento urbano, baseadas em instrumentos de indução, orientados e com a participação da sociedade (SILVA; ARAÚJO, 2003; LOBÃO, 2007; CARVALHO; ROSSBACH, 2010; POLIDORO, 2012).

Nesses instrumentos de formulação do Plano Diretor, destacam-se a contemplação de importantes dimensões como a conceitual, onde são definidos os princípios constitucionais de função social da terra, da cidade e das políticas urbanas. Na dimensão instrumental e de regularização fundiárias, são materializados os princípios da política.

Para Lobão (2007), Carvalho e Rossbach (2010), o Estatuto da Cidade reconheceu que o território tem caráter dinâmico socioeconômico. Implementou ferramentas que permitem a construção de um cenário onde o poder público formula, aplica, avalia, induz e regulamenta as ações que possam dar condições de intervenção no mercado de terras. Mecanismos são criados para mitigar os interesses imobiliários e especulativos, responsáveis por processos crescentes de exclusão social e segregação espacial. Nesse contexto de reformulações, houve também a criação do Ministério das Cidades em 2003.

Isso significou um ponto de partida importante para todos os segmentos envolvidos com as lutas urbanas, pois, pela primeira vez, tem-se um tratamento integrado de todas as

políticas urbanas, na medida em que se superou o recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes e mobilidade urbana para integrá-los, levando em consideração o uso e a ocupação do solo. A estrutura do Ministério das Cidades foi apontada como uma novidade, não só no território brasileiro, mas em toda a América Latina. Sua importância aumenta quando se constata que, no passado recente, as marcas da política urbana foram ausência de planejamento e desarticulação.

A partir de então, ocorria a integração de diferentes setores, agregando o Departamento de Trânsito e articulando diferentes áreas do planejamento urbano, desde a habitação, saneamento, transporte, mobilidade e programas urbanos (ARANTES, 2009; POLIDORO, 2012).

É importante frisar que o crescimento urbano, juntamente com o planejamento no Brasil é marcado por marcos históricos determinantes, atrelados a transições econômicas, políticas e sociais. Como tais, pela luta de interesses e influência de classes da sociedade sob as decisões políticas urbanas do país. Hoje, com plena autonomia para definir diretrizes e instrumentos, o município tem a possibilidade efetiva e orientada para traçar seu planejamento territorial, sobretudo no que diz respeito à definição de suas áreas urbanas e limites.

2.2 LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO

Cada vez mais o ambiente urbano se torna o local de residência e onde se desenvolvem as atividades humanas. No Brasil temos verificado, nas últimas décadas, a aceleração do processo de urbanização da população. Esse imenso contingente de pessoas tem demandado a produção de espaço urbano para sua moradia e atividades.

Processo de urbanização e produção de novas áreas urbanas nos municípios brasileiros se realiza através do parcelamento do solo, feito sob forma de loteamento, regular ou irregular. Para poder propiciar a sustentação das atividades que serão desempenhadas nestas novas áreas urbanas, a expansão dos limites geográficos das áreas urbanas deve ser adequadamente organizada. A organização espacial desse novo tecido deve permitir o pleno desenvolvimento da população ali residente e integrar-se adequadamente à estrutura urbana existente. Para que isso se realize, é necessário que essa expansão física obedeça a regras e normas de cunho técnico e jurídico.

Foi aí que entre as décadas de 1960 e final de 1970 a elaboração de inúmeros planos diretores, foi a partir da Lei Federal Nº 6.766 de 1979 que foram abordados aspectos civis, urbanísticos, administrativos e penais conjuntamente. A Lei de Parcelamento do Solo surgiu

como instrumento de regulação sócio espacial diante do crescente de favelas e lotes clandestinos. Visava a inclusão de setores da população marginalizados do mercado formal, promovendo o controle do uso do solo através de uma política de regulação fundiária no âmbito do espaço da cidade (QUINTO Jr., 2013).

Conhecida também como Lei Lehman estabelecia diretrizes mínimas de padrões urbanísticos de implantação de lotes e áreas de loteamentos. Também instituía limites de ocupação do solo objetivando a preservação ambiental de áreas de rios, rodovias, ferrovias e declividades acentuadas. Além disso, dimensões mínimas de lotes (125m² e testada mínima de 5m), doação de 35% da área da gleba para a construção de sistemas de circulação e equipamentos urbanos, espaços livres públicos, infraestruturas de escoamento de águas pluviais, redes de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário, energia elétrica pública e habitacional (SILVA, S. R. M., 2011).

Os municípios passaram a ter maior autonomia em legislar sobre o parcelamento do solo para fins urbanos. Tomadas de decisão poderiam então respeitar as particularidades regionais e locais, de acordo com a aptidão do sítio e das áreas necessárias ao crescimento urbano. Porém, a Lei não identificava quais os critérios para definir os espaços urbanizáveis, o que levava a fragilidades. Fator que contribuía para a especulação imobiliária de loteamentos, já que não havia definida a continuidade do perímetro urbano (LEONELLI, 2010; MASCARENHAS, 2012).

Esse cenário, segundo Saule Jr. et al. (2008) caracterizou-se por ações unilaterais dos empreendedores e donos de terra, que desconsideraram a função social da propriedade e da coletividade urbana ao efetuarem o parcelamento de forma independente e fora da visão sistêmica. A Lei, com o passar dos anos, sofreu aperfeiçoamentos, instituindo-se em 1999 definições para qualificar o lote urbano e delegando ao município a função de estabelecer os índices urbanísticos. Juntamente, o direito de propriedade voltado a questões de demandas habitacionais de interesse social (Zonas Habitacionais de Interesse Social-ZHIS) e a definição de quais equipamentos constituem a infraestrutura dessas zonas e áreas de loteamento. Inclusive criou a possibilidade de parcelar glebas em zonas de urbanização específicas além das zonas urbanas ou de expansão já definidas (FATTORI, 2000; SILVA, S. R. M., 2011; MASCARENHAS, 2012).

Além disso, em 2004 ocorreram modificações na redação, referentes ao campo ambiental, vinculado às Áreas de Preservação Permanentes (APP). Em 2007, a alteração na Política Nacional de saneamento. Embora configurada por abranger legislações especificamente espaciais, essa Lei careceu de requisitos urbanísticos e ambientais para

promover a regulação dos parcelamentos de baixa renda. Logo, sofrendo inúmeras revogações e implementações para expandir sua limitada e obsoleta capacidade de reagir aos processos de parcelamento do solo no cenário da crescente urbanização e da extrapolação dos limites urbanos. Sobretudo, pela ausência de uma visão sistêmica em relação ao município.

2.3 PLANEJAMENTO ATUAL NA CIDADE DO OIAPOQUE

Com uma dinâmica urbana sem grandes resultados, a cidade de Oiapoque apresenta áreas com realidades distintas no que diz respeito à dotação de uma infraestrutura urbana adequada oferecida pelo Estado. A maioria dos elementos econômicos que compõem o panorama local encontra-se em um nível insipiente de “desenvolvimento”; o trabalho, majoritariamente, está ligado as atividades de garimpos ilegais; além da baixa capacidade de oferecer os serviços básicos necessários à vida dos habitantes, tampouco outros mais especializados.

Atualmente, a cidade de Oiapoque é composta por treze bairros e uma área de quilombo: o Centro da cidade, o Bairro Nova Esperança, Bairro Nova União, Bairro Paraíso, Bairro Russo, Bairro Fazendinha, Bairro Universidade, Bairro FM, Bairro Planalto, Bairro Teles, Bairro Jardim do Ipês, Bairro Sesc e o Bairro Infraero, esses dois últimos caracterizando a periferia menos favorecida da cidade, enquanto o Centro, visivelmente mais estruturados.

Poucas são as referências sobre o planejamento de Oiapoque. Em 1988, por iniciativa do Governo do antigo Território Federal do Amapá, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), através do seu Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, elaborou o Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque (PDUO). Este plano afirmava que, das cidades do interior, Oiapoque era a que apresentava maior vitalidade e diversidade econômica, e descrevia a paisagem urbana da cidade como sendo intrigante e ao mesmo tempo rica culturalmente. Também apresentava o rio Oiapoque, como sendo determinante para o movimento da cidade, que ao mesmo tempo é frenético e caótico. Após vinte anos dessa descrição, constata-se que o PDUO foi uma proposta de intervenção que nunca foi aplicada na prática. Porém, a descrição da paisagem urbana da época, contida no plano, é um legado importante que hoje nos serve de referência. Após essa data, apenas em 2017 começou a elaboração do plano de saneamento e o plano diretor em Oiapoque.

O plano diretor pode ser visto como um documento importante, dentro das possibilidades de um governo que não permite o diálogo com a comunidade, pois, a sociedade ocupa posição de destaque em todas as suas fases de sua elaboração, com previsão legal. Por

outro lado, a ausência da população no processo de elaboração se institui como uma das principais deficiências do PDP.

O plano diretor deve ser pensado enquanto um acordo entre todos os setores sociais do município; quando algum desses setores não participa das discussões, o resultado estará comprometido. Mesmo assim, a idealização de um plano diretor para o município é um passo significativo. Contudo, os planos diretores sozinhos não representam o planejamento urbano, mas são mais um instrumento do processo. Isso porque eles revelam o interesse dos agentes envolvidos no planejamento para que haja, pelo menos, um conjunto de diretrizes que oriente a organização e ordenamento do espaço intra-urbano Oiapoqueenses.

Com efeito, a cidade do Oiapoque atualmente apresenta conflitos que são reflexo justamente da falta de uma política urbana ágil e comprometida de fato com a promoção da justiça social. A ausência de destreza administrativa e de uma visão de planejamento eficiente e tecnicamente eficaz cria sérios problemas que, dificilmente, serão corrigidos. Assim, com exceção da elaboração do Plano Diretor Participativo, o que está em evidência, diante de todo esse levantamento, é que atualmente não existe no Oiapoque um planejamento urbano, entendido como instrumento de organização do espaço, como aponta Souza (2001).

Na verdade, o que tem sido realizado são medidas aleatórias, políticas de intervenção sem um plano de ação com visão de longo prazo. Muitas dessas políticas públicas, inclusive, são instaladas, geralmente traduzidas em equipamentos urbanos e não atendem todas as áreas da cidade em um balanço equilibrado

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADAS PARA O MUNICÍPIO DE OIAPOQUENSE

É possível perceber a existência de algumas medidas de intervenção do poder público, sobretudo no que se refere à infraestrutura urbana local. Mesmo assim, o balanço entre as políticas públicas implantadas e o que ainda precisa ser feito revela-se em desequilíbrio, uma vez que as intervenções não correspondem suficientemente ao que demanda a cidade.

Somada à insuficiência de políticas públicas no espaço urbano de Oiapoque, está o fato de que as medidas elaboradas não atenderam todas as áreas da cidade de maneira justa. Apesar das intervenções realizadas, há bairros que ainda não contam com o mínimo de infraestrutura e outros serviços básicos indispensáveis à vida dos seus moradores.

Nesse contexto, na maior parte dos bairros são representantes, no que se refere ao descaso político, o que maximiza os conflitos já existentes nessas áreas. Por outro lado, os bairros central, Paraíso e Nova Esperança, nos últimos anos, foram os mais favorecidos com medidas de intervenção urbana, o que contribuiu para uma estruturação mais organizada de ambos.

Por outro lado, os moradores dos demais bairros, vistos como pobres, ainda sofrem com a carência dos equipamentos mais básicos. Além das deficiências na infraestrutura, essas áreas não contam com a presença de um posto de saúde, por exemplo. Na verdade, para que a população tenha acesso a esse e outros serviços básicos, é preciso se dirigir ao Bairro Nova Esperança ou ao Bairro Paraíso. Nesses bairros também não existem praças, escolas, bibliotecas e os serviços, quando disponibilizados, são geralmente precarizados, como a pavimentação e a drenagem pluvial que ainda não abrangem todas as áreas.

Com efeito, a cidade de Oiapoque apresenta uma realidade bastante desigual no que tange à estrutura dos seus bairros. A observação do espaço urbano dessa cidade revela a predominância de serviços e equipamentos urbanos e sociais instalados no bairro Central, Nova Esperança e Paraíso, respectivamente. Compreendidos nos domínios dessas áreas estão escolas, órgãos públicos, hospital e posto de saúde, além da maior parte do setor de comércio e serviços. Por outro lado, os moradores do Infraero e Sesc além de não contarem com esses equipamentos nos seus bairros e do difícil acesso aos mesmos, ainda convivem com a precariedade dos serviços que lhes são disponibilizados.

Esses problemas que dificilmente serão sanados, enquanto não houver uma mudança positiva na postura tanto da comunidade, quanto do poder público municipal. Essa mudança significa criar, da parte dos administradores, um ambiente favorável em que prevaleçam os interesses da população e, por parte da comunidade, fazer valer seus direitos mediante a reivindicação deles.

Os bairros Infraero e Sesc são a evidência de que o padrão que a implantação das políticas públicas seguiu na cidade de Oiapoque trata-se de uma prática tendenciosa e impregnada por interesses de pequenos grupos que dominam o poder local. Esse contexto fica ainda mais claro mediante a observação dos espaços de ocupação predominante da elite local, caso do bairro Central, Nova Esperança e Paraíso, os quais são visivelmente mais estruturados e organizados. Essas áreas ao longo dos últimos anos foram indubitavelmente mais favorecidas pelas administrações, no que se refere à elaboração e implantação de políticas públicas, especialmente de infraestrutura.

3 OIAPOQUE E SUAS IMPLICAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS: AMAPÁ E GUIANA FRANCESA

Para garantir a proximidade física e mobilidade, estados brasileiros da Amazônia foi criada a chamada “malha programada”, que visou completar a apropriação física e o controle do território com implantação de redes de integração espacial com investimento público na rede rodoviária. Esta implantação foi muito rápida, configurando uma grande fronteira de recursos nacional para áreas selecionada, passando a concentrar investimentos, gerando conflitos territoriais, sociais e ambientais, principalmente na Amazônia, onde há política de proteção das áreas indígenas. (BECKER, 1990).

No intuito de diminuir as dificuldades de transportes que existiam entre Oiapoque e outros municípios do estado do Amapá, foi que em 27 de dezembro de 1970 se efetivou a conclusão da Rodovia Federal BR-156, conectando Macapá a Oiapoque. Localizada na fronteira Norte, tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa/ França, Suriname e República da Guiana). Apesar de ainda não estar totalmente pavimentada, esta rodovia possibilitará vários avanços para o Amapá.

A obra da rodovia federal é uma das mais antigas do país. Aberta a partir de 1940, a pavimentação começou somente décadas depois, em 1976. A licitação para o trecho sem asfalto tem previsão de lançamento para setembro. Ela vai contemplar os 112 quilômetros restantes onde ainda há atoleiros em períodos invernosos. A retomada da obra pelo Dnit acontece 40 anos após a transferência da responsabilidade do asfaltamento da estrada para o governo do Amapá. Foi o convênio mais antigo entre o governo federal e um estado, segundo o próprio Dnit, que, em dezembro de 2014, pediu a obra de volta por causa dos atrasos na construção, mesmo com R\$ 65 milhões disponíveis desde 2010 (SANTIAGO, 2015).

Os problemas enfrentados pela cidade de Oiapoque se multiplicam em razão do péssimo estado em que se encontra a rodovia BR-156, que liga o município de Oiapoque e Macapá. Cerca de 120 km de estrada de terra que contempla o trecho entre Calçoene e Oiapoque, dificulta o percurso da população entre Oiapoque e a capital do Estado, o que encarece significativamente os preços de produtos vindo de Macapá que são vendidos na cidade fronteira, principalmente em períodos chuvosos (dezembro-Agosto), quando o tráfego se complica ainda mais.

Figura 1- Atoleiro de Trecho da BR 156

Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 2- Maquinário para ajuda dos veículos que ficam no atoleiro da BR 156

Fonte: Arquivo Pessoal

A BR-156, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte (entre Macapá e Oiapoque), tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa / França, Suriname e Guiana) por meio de um conjunto de infraestruturas que inclui de forma determinante a rodovia Transguianense.

A rodovia possui uma conexão importante com a Ponte Binacional. Esta relação entre Ponte e a Rodovia implica em uma série de configurações no espaço geográfico do norte da América do Sul a partir do estado do Amapá. Esta conexão deve estar relacionada a uma série de interesses em diferentes escalas geográficas.

A rodovia e a ponte são dois elementos importantes não apenas para o estado do Amapá, sem dúvida são elementos que irão consolidar as redes técnicas e conexões com o Platô das Guianas, possibilitando transformações sobre ambos os territórios. Um dos poucos estados da federação que não têm circulação rodoviária além do seu território é o estado do Amapá. A ponte não é apenas um nódulo da rede técnica regional, que implica na mudança de cenário com conotações de natureza cultural, social e, principalmente, econômica, se consideradas as

possibilidades de cooperação com os países do Platô das Guianas (TOSTES,2016; FERREIRA,2017).

É importante destacar que a ocupação destas áreas fronteiriças, a abertura da BR-156 em direção ao Oiapoque em 1979, teve, além do que havia mencionado, objetivo de ampliar o acesso às áreas com maior potencial agrícola ao norte amapaense e incentivar o comércio com a região do Caribe. Com a abertura da BR156 inicia-se um importante momento para o contexto de integração do Estado, caracterizado como um dos principais vetores de crescimento e de transformações no cenário amapaense (PORTO, 2007).

O acesso dificultado pela rodovia para chegar à fronteira, bem como a carência de ações públicas eficazes, implicam uma precária qualidade dos serviços básicos oferecidos para a população e aos visitantes, tais como, ineficiência nos sistemas de saúde, energia, no tratamento e abastecimento de água, na coleta de esgoto, na pavimentação de ruas da cidade, bem como precariedade na infraestrutura de alguns espaços públicos destinados ao lazer e ao turismo dos que nessa cidade transitam (TOSTES, 2012).

A BR 156 passa por oito aldeias indígenas no vale da reserva Uaçá, localizado em Oiapoque, tal realidade é analisada pelos dirigentes indígenas de forma bem cautelosa. Sabem que a pavimentação irá facilitar o escoamento da produção e deslocamento de pessoas indígenas. Mas seus representantes querem construção de escolas, instalação de postos de saúde, tratamento de água, concurso público para funcionários para aquelas localidades e outras benesses (TOSTES; SILVA, 2008).

TOSTES; SILVA (2008), o Oiapoque é uma cidade bastante afetada por este problema estrutural do território Amapaense. Como já foi apontado anteriormente, de nada resultaria a construção de uma ponte binacional na fronteira sem a plena pavimentação da rodovia BR 156. Trata-se do acordo de Brasília assinado em 05 de abril de 2001, fundamentado no acordo Quadro de Cooperação entre os governos do Brasil e da França assinado em Paris na data de 28 de maio de 1961.

Os dois nódulos, vistos pela ótica das redes técnicas regional, caminham juntos e o potencial de circulação depende da conclusão dos dois objetos técnicos em harmonia. A ponte binacional e BR 156 está evidente que há um descompasso entre os dois países (Brasil e França) no que diz respeito à definição de prioridades. A não conclusão da BR 156 no Amapá evidencia como os grandes projetos estruturantes que são considerados estratégicos para o desenvolvimento regional/local, estão sendo tratados apenas como conveniência política.

Figura 3- Vista panorâmica da Ponte Binacional



Fonte: Artur – MDL Ambiental,2015

Figura 4- Vista da Aduana Francesa no local da Ponte Binacional



Fonte: Artur – MDL Ambiental,2015

Figura 5- Vista panorâmica da Aduana Brasileira no Oiapoque



Fonte: Artur – MDL Ambiental,2015

A ponte binacional está concluída desde março de 2017, embora sua estrutura complementar no entorno ainda não está totalmente resolvida, porém foi liberada para travessia apenas de automóveis de passeio (TOSTES, 2017).

3.1 FRONTEIRA

Fronteira é sinônimo de limite, sendo ambos vistos tradicionalmente como lugares sujeitos à instabilidade e possíveis conflitos militarizados voltados à defesa do território (SILVA, 2011). Por este motivo a fronteira é demasiadamente acometida em sua dimensão geopolítica, sobre estratégias e gerências do território. Segundo Silva (2011) a fronteira não poderia apenas ser estudada como uma dimensão geopolítica. A perspectiva de reflexão sobre essa realidade requer múltiplas dimensões.

A cidade de Oiapoque exemplifica a realidade de fronteira de variadas dimensões. Sua dinâmica é intensa e diversificada, não ocorre de forma homogênea, pois ela recebe pessoas de diversos lugares, com costumes e realidades diferentes dos da população local, dos índios e dos próprios moradores nascidos no município.

Os diferentes significados atribuídos ao termo fronteiram relacionam-se muitas vezes com contextos geográficos e históricos, relacionados à ocupação, formação e delimitação destes territórios. Concentram peculiaridades importantes em relação às suas políticas públicas uma vez que dependem de ações da esfera local, de ações no âmbito nacional, oriundas da preocupação do governo federal com essas regiões especiais (GHETTI, 2008). Portanto, Fronteira, é um perímetro instaurado por um poder cujo projeto político é de afirmar e distinguir das outras entidades territoriais.

As cidades de fronteira possuem particularidades dentro do território que está inserido, isso porque, concentram fluxos transfronteiriços, que ultrapassam os limites internacional. Por este motivo, novas concepções são necessárias e reposicionam a fronteira, não como simples limite demarcatório, mas enquanto espaço de mútua convivência social e interesses capitalistas no que consiste a ocupação territorial.

Assim, a fronteira estaria marcada predominantemente pelas relações estabelecidas pela sociedade, por meio das práticas econômicas, sociais e culturais de diferentes esferas territoriais, que, de forma muito simples abrange e coexiste com a realidade burocrática das relações internacionais. Ao mesmo tempo, mediante a prática cotidiana, os limites legais são atenuados para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência contribuindo também para sustentação de práticas criminosas de contrabando, ou para outras atitudes ilegais (SILVA, 2011).

Restringida à escala nacional privilegiando suas funções demarcatórias, reais e simbólicas, a fronteira designa uma descontinuidade política, o limite jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado. O maior interesse sobre o espaço geográfico

fronteiriço está na maneira como ele é socialmente construído, gerido e como impacta nas práticas diárias de cada pessoa (SILVA, 2014).

As cidades amapaenses têm suas origens da colonização de povoamento e defesa do território nacional ainda no século XIX. A defesa da fronteira sempre foi a principal preocupação das esferas institucionais. Por este motivo, inclusive o Oiapoque, que é fronteira brasileira com a Guiana, foi transformado em município em 1945 (PORTO, 2007).

Sobre a condição fronteiriça observa-se que se trata uma questão fundamental para entender a cidade de Oiapoque, onde a defesa da fronteira sempre foi a principal preocupação das esferas institucionais (TOSTES, 2014).

O principal estudo da fronteira no Brasil é sem dúvida o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que é uma iniciativa do Governo Federal de definir diretrizes, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, através de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase nas potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul (BRASIL, 2006).

Assim, torna-se relevante entender o conceito e diferenciação entre faixa de fronteira e zona de fronteira, pois ambas possuem significados próprios na literatura científica (TOSTES; FERREIRA, 2017). A zona de fronteira, segundo Becker (2006) é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado da fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas.

Contudo, as zonas de fronteira podem ser entendidas como um componente especial dentro de um território passível de múltiplas transformações, dada à intensa dinâmica econômica e suas implicações sociais e culturais, considerando, na atualidade, os problemas ambientais decorrentes de processos históricos de usos indevidos de ocupação espacial e de utilização dos recursos naturais.

A faixa de fronteira se refere aos limites territoriais e legais da região fronteiriça do país com um ou mais países. Estes limites de fronteiras brasileiras foram regulamentados pela Lei 6.634 de 2 de maio de 1979 e pelo Decreto 85.064 de 26 de agosto de 1980, sendo a faixa brasileira representada por um polígono a partir da linha limítrofe do território brasileiro com largura de 150 km ao longo de 15.719 km de extensão territorial, onde estão situados 588 municípios em 11 Unidades da Federação. Isso representa 27% do território brasileiro fazendo limite com 10 países da América do Sul (SILVA, 2008)

3.2 ÁREAS PROTEGIDAS

Um elemento importante nesta área de estudo é a presença da população indígena de um lado e do outro da fronteira e a questão ambiental. Superti e Silva (2015) chamam à atenção para o fato de 10% do território amapaense ser protegido por demarcação de Terras Indígenas e 62% de áreas de proteção ambiental estadual, federal e privada.

Sobre as áreas protegidas do Município, ressalta-se que ele possui cerca de 50% de Unidades de Conservação (UC's), e nesse percentual, 39% da área municipal pertence ao PARNA Tumucumaque, conforme mostrado na Figura 6 abaixo.

Figura 8- Mapa de áreas protegidas no estado do Amapá



Fonte: ICMBio/MMA, 2009

O Parque Nacional do Tumucumaque, foi criado em terras públicas pelo governo federal através do Decreto s/nº de 22 de agosto de 2002. Possui uma área de 3.846.427 ha (3.867.000 ha segundo o Decreto de criação), um perímetro de 1.921 km e está localizado na porção Noroeste do Estado do Amapá e Pará, atualmente é o maior do mundo. Abrange terras de cinco municípios amapaenses (Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Laranjal do Jari), além de uma estreita faixa no município de Almerim, no Pará. As terras da UC correspondem às glebas de Tumucumaque, Mururé, Oiapoque e Reginá, identificadas e arrecadadas pelo INCRA. Elas foram repassadas ao Ministério do Meio

Ambiente e, após a criação da unidade, transferidas para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atualmente sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Como principais ecossistemas tem-se Floresta tropical densa de terra firme e floresta tropical densa aluvial.

Outra importante Unidade de Conservação-UC e mais antiga, que abrange Oiapoque é o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) que foi criado pelo Governo Federal, por meio do Decreto Nº 84.913 de 15 de julho de 1980. Possui uma área de 619.000ha, um perímetro de 590 km e está localizado no extremo norte do Estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do Rio Oiapoque. Abrange parte dos Municípios de Calçoene e Oiapoque e possui uma faixa de cerca de 200 km de extensão adentrando ao mar em 10 km (5,4 milhas náuticas), sendo que 76% do litoral de Calçoene encontram-se no interior do Parque Nacional do Cabo Orange-PNCO. Tem como principais ecossistemas de formações pioneiras: Manguezais e campos inundáveis. E ainda Floresta densa de terra firme.

Já o que diz respeito a população indígena, o município do Oiapoque apresenta três áreas indígenas: Terra Indígena Galibi, onde vive a população indígena das etnias Galibi do Oiapoque e também Karipuna; Terra Indígena do Uaçá, habitada pelos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur e a Terra Indígena Juminã, onde vivem índios das etnias Galibi Marworno e Karipuna. As terras indígenas do Oiapoque estão justapostas e possuem organização étnica, política e ambiental intimamente atreladas, do ponto de vista atual e histórico. Desta forma, essas terras serão tratadas de forma conjunta, como um complexo único de terras indígenas e não como unidades independentes.

A área total das Terras Indígenas do Oiapoque é de 518.455 hectares. Conforme a APIO, nessa área há aproximadamente 5.000 índios, distribuídos em 36 aldeias espalhadas pelas três terras indígenas.

Estes elementos – existência de grupos indígenas e a demarcação de vastas áreas naturais protegidas –, que decorrem no seu uso restrito, são relevantes para o Corredor Transfronteiriço, principalmente pela possibilidade de desenvolvimento do turismo, e porque, de algum modo, acabam podendo restringir algumas ações a desenvolver no Corredor ou mesmo pelas possibilidades de gestão conjunta.

3.3 TURISMO

Beaudouin, Rieublanç e Boyer (2011) assinalam que este constitui para ambos os territórios um potencial fundamental, em virtude de terem uma superfície florestal preservada, cultura ameríndia, folclore (carnaval), pesca e esportes aquáticos, variedades de ecossistemas, incluindo a foz do Rio Amazonas para o Amapá, praias, ecoturismo, além do patrimônio científico no caso da Guiana Francesa (Centro Espacial Guianês), para o desenvolvimento do qual é de extrema importância o Corredor Transfronteiriço, pelo menos enquanto possibilidade.

Entre os atrativos que o município oferece está o passeio pelo rio Oiapoque – com sua densa vegetação e uma exuberante paisagem que, só pela vista, já vale o entretenimento. Marco por servir de linha divisória entre o Brasil e a Guiana Francesa, nele existem cachoeiras e corredeiras e grande variedade de peixes, onde se destacam os Tucunarés peixe símbolo da pesca esportiva.

Nos passeios de catraia, além de se atravessar a fronteira para conhecer Saint George, pode-se visitar suas cachoeiras, tomar banho nas corredeiras de “Marripá” ou ir aos balneários existentes no lugar e casas que vendem o artesanato local, destaque pela sua beleza e singularidade.

Outros lugares de interesse: o Cabo Orange, conhecido como ponto extremo do norte brasileiro, situa-se na foz do rio Oiapoque e o Vale do Rio Uaçá, onde se encontram as principais comunidades indígenas da região.

Aliás, o maior atrativo cultural do Oiapoque é a Festa do Turé – reunião anual de todas as tribos indígenas e, como atrativo de caráter religioso, destaca-se a festa de Nossa Senhora das Graças – Padroeira do município.

Ferreira e Tavares (2012), salientam que o turismo se mostra com um elo importante, por possibilitar a viabilidade da acessibilidade e por elevar os índices de atratividades dos produtos turísticos nestas áreas de fronteira, promovendo o desenvolvimento da região que há muito se encontra isolada do contexto do turismo. Neste encaixe, as autoras, evidenciam a cooperação internacional como um elemento fundamental para o turismo de fronteira.

Contudo, torna-se necessário que o Estado elabore planos e uma estratégia territorial de turismo levando em consideração as particularidades das fronteiras e o desenvolvimento socioespacial, para o qual parece relevante o equacionamento do Corredor Transfronteiriço.

3.4 O CORREDOR DE INTEGRAÇÃO: MACAPÁ-OIAPOQUE E OS NOVOS CONFLITOS NA FRONTEIRA

Os corredores de integração são espaços que possuem características multifacetadas e de natureza diversificada, associados a um ambiente muito complexos. Em tempos marcados por nacionalismos e militarismos, diretamente ligados ao princípio da soberania territorial, na atualidade, essa concepção dá lugar à de espaços de contato e articulação, de encontro e cooperação, transição, interface, sinergia e ou comutação (PORTO; NASCIMENTO, 2010; PORTO; SILVA, 2010; WESLEY, 2012).

Silva e Rückert (2009) e Granger (2008), trata de corredor de integração como um espaço complexos, com baixas densidades (populacionais, econômicas, sociais, de infraestrutura, culturais), apresentando-se fragmentados e periféricos, com desvantagens naturais, limitações de infraestruturas de transporte, falta de coerência na gestão dos ecossistemas transfronteiriços e mesmo exploração ilegal de trabalhadores.

Neste contexto, é percebida que o Amapá possui uma dupla natureza pelo fato de ser tratado como uma região periférica pelos planejamento federal, que constituir espaço estratégico por ser área de segurança nacional e geopoliticamente estratégica para a soberania nacional, opinião corroborada por vários autores como Porto (2010; 2013), Silva e Trindade Júnior (2013) e Superti e Silva (2015).

Neste contexto, Tostes (2011), denomina de Corredor Transfronteiriço, com o intuito de estudar e entender as relações entre o Amapá e a Guiana Francesa e coadjuvar políticas públicas que favoreçam as sinergias entre estes territórios – as efetivas e as potenciais.

O Corredor Transfronteiriço é, assim, o locus de intercessão do conjunto de condições físicas, sociais, econômicas, diplomáticas, ambientais, espaciais, culturais e de infraestrutura que visam estabelecer relações e o seu entendimento entre o Amapá e a Guiana Francesa, em sua percepção local, regional, internacional e global.

Compreende um vasto conjunto de infraestruturas e de interligações que vão de Santana ao Oiapoque, que passam pelo corredor rodoviário da BR 156, que incluem não só as questões ambientais, que permeiam tais elementos, e o conjunto de pequenas cidades posicionadas neste corredor (TOSTES, PELAES; JUALLINELI, 2013).

O Amapá conta 8 dos seus 16 municípios na faixa de fronteira: Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Pracuúba (TOSTES, 2011; SILVA; TRINDADE JÚNIOR, 2013). Destes 16 municípios 09 estão no corredor transfronteiriço (Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes,

Tartarugalzinho, Pracuuba, Amapá, Calçoene e Oiapoque) e apresentam um processo de desigualdade imenso em seus espaços urbanos, ocasionado não só por falta de compromisso de seus gestores, mas também pelos recursos públicos disponíveis que são pouco, assim como o Estado, são dependentes de transferências governamentais para que subsidiem suas ações nas mais diversas áreas.

Com à exceção de Santana e Oiapoque, no Amapá, as cidades do Corredor Transfronteiriço têm menos de 20 mil habitantes, tratando-se de pequenas cidades, como se constata na tabela 1.

Tabela 1 – Número de habitantes nas cidades do Corredor Transfronteiriço.

CIDADE	POPULAÇÃO
Amapá	9.029
Calçoene	10.926
Ferreira Gomes	7.591
Macapá	493.634
Porto Grande	21.484
Pracuuba	4.993
Santana	26.517
Tartarugalzinho	16.855
Oiapoque	26.627

Fonte: IBGE, 2019

Sobre as cidades que fazem parte do corredor, Superti e Silva (2015) assinalam que elas “... representam o locus por excelência das múltiplas articulações comunitárias, das sedes das empresas voltadas à exploração dos recursos naturais, das forças de atração dos fluxos migratórios.”.

Estes autores, continuam afirmando que “... são também o lugar de concentração de considerável parcela da população e dos mais agudos problemas sociais e ambientais”, razões pelas quais elas são de cruciais para o entendimento e importância do Corredor Transfronteiriço. Santana assume importância crucial, uma vez que possui um porto de grande calado (SUPERTI; SILVA, 2015), se constituindo uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias e divisas do Amapá e da região Amazônica (LIMA, 2013), e porta de entrada de muitos migrantes que chegam ao Amapá em busca de melhores condições de vida (AMORIM, 2016), inclusive com a pretensão de chegar à Guiana Francesa (GRANGER, 2008).

O calado do porto de Santana é maior do que o de Caiena, sendo que o de Santana possui a possibilidade de receber mercadorias em navios maiores, diminuindo o custo do transporte, importante aliado para a dinâmica econômica de ambos os territórios, se integrados (LIMA, 2013; SUPERTI; SILVA, 2015).

Percebe-se que estes municípios apresentam características marcantes da problemática urbana com padrão de baixa qualidade de vida considerando problemas urbanos estruturais graves como poluição ambiental, ausência da rede de esgoto, deficiência de transportes e serviços e equipamentos com pouca condição de satisfazer as necessidades da população. Essas cidades mostram uma realidade em que estão presentes configurações espaciais altamente deficientes por falta de uma política urbana direcionada por planejamento, graças às práticas imediatistas desenvolvidas durante muito tempo pelo poder público (TOSTES, 2006).

Neste caso, o papel do Estado no Amapá em preparar a organização desses espaços a partir de um plano de desenvolvimento regional, priorizando políticas que valorizem as características comuns existentes entre as cidades, ou seja, criando uma política de desenvolvimento com o surgimento de pólos urbanos é de fundamental importância. Quando se fala sobre desenvolvimento regional se apoia nos conceitos de Becker (2003) em que diz que o processo de desenvolvimento regional envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja as regiões devem aproveitar suas vantagens comparativas, diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região.

Sendo assim, o corredor em estudo poderia ser dividido em três pólos regionais e uma cidade centro regional no caso Oiapoque, isso ajudaria as cidades a se organizarem a partir de políticas urbanas integradas, levando em consideração infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos que apresentam em comum, trabalhariam formando um sistema consorciado de municípios com decisões políticas horizontalizada, assim como, verticalizada (FERRARI, 1984). Logo essa iniciativa reduziria os custos, otimizaria o tempo e o uso eficaz dos recursos públicos disponíveis.

O primeiro pólo dentro dessa divisão seria formado por Macapá e Santana onde juntos possuem 499.116 habitantes, que equivale a 70% da população do Estado, em que concentra 80% da economia com um PIB 52.455.767, apresenta um conjunto de equipamentos e serviços urbanos necessários ao atendimento de uma parte da população, essas cidades tem o poder de decisão econômicos e político dentro do Estado.

O segundo pólo regional seria formado por Porto Grande e Ferreira Gomes, concentra uma população de 22.600 habitantes, uma economia de R\$ 5.245.767. Este pólo tem a perspectiva de se tornar um grande potencial econômico gerado pela a construção das hidrelétricas, ou seja, esta construção trará vários impactos econômicos, sociais e ambientais a médio e longo prazo ao Estado.

O terceiro pólo regional Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Pracuuba, uma característica comum encontra-se os aspectos geográficos e econômicos, encontra-se em uma distância pequena uma da outra. Com relação às características comuns estão ligadas pelo potencial do setor primário, pecuária (Amapá), pesca (Pracuuba e Calçoene), Agricultura (Tartarugalzinho).

A cidade do Oiapoque poderia ser considerada um centro-regional, é a mais distante das cidades do corredor. No entanto, é uma cidade de referência, pois está na área de transição entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Por conta da construção da ponte binacional, esta cidade irá receber todos os benefícios e/ou os malefícios pela arquitetura de integração. Sendo assim, deve ser preparada estruturalmente para receber as mudanças que ocorrerão com o novo equipamento instalado.

Dentre estes municípios, somente o Oiapoque possui sede na linha de fronteira. Segundo Silva e Trindade Júnior (2013), todos os municípios que fazem parte do corredor transfronteiriço apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, mas também constituem amostras condensadas dos problemas característicos da fronteira internacional.

Pelas características e elementos descritos percebe-se que o Corredor Transfronteiriço é fundamental para o entendimento das relações econômicas e sociais entre os dois países (Brasil e a França), possuindo implicações diretas para o Amapá e Guiana Francesa e suas relações atuais e futuras, sobretudo se entendidas nos âmbitos de suas interações e integração regional.

4 ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE OIAPOQUE

O crescimento urbano do núcleo de Oiapoque se constituiu sem que houvesse o mínimo de atenção para as condições de infraestrutura urbana capazes de suportar seu crescimento demográfico, especialmente no que se refere ao sistema de saneamento básico (ALMEIDA; RAUBER, 2017). Ainda segundo estes autores, a condição periférica é ainda agravada pela precariedade da estrada que faz ligação com a capital Macapá – com um trecho de aproximadamente 100 Km de estrada não asfaltada em precária situação de manutenção no período chuvoso –, e pela dificuldade de utilização dos meios de comunicação.

4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

O produto interno bruto (PIB) per capita de Oiapoque no ano de 2015 correspondeu a R\$ 12.404,06 reais, ocupando em nível de país a 3187ª posição, no Estado a 8ª e por microrregião o 2º lugar (IBGE, 2017). No período de 2010 a 2013 ocupou a 5ª posição no Ranking entre os municípios em termos de PIB com o valor em 2010 de R\$ 192.414 aumentando em 2013 para R\$ 287.572.

A respeito da participação por setor produtivo houve redução em alguns setores na comparação entre 2012 e 2013. No ano de 2012 o valor para o setor primário foi de 6,7%, secundário 4,8% e terciário 88,5%. Já em 2013 o primário passou a representar 5,9%, secundário 5,9% e terciário 88,3% (SEPLAN, 2015).

A participação dos setores no PIB do município de Oiapoque tinha como destaque no ano de 2011, o setor de serviço, mais especificamente a administração pública, situação está vivenciada em todo o país, embora, o estado do Amapá seja o que apresente maior intervenção do Estado sobre sua economia (SILVA, 2014).

Em termos de participação econômica nota-se que houve uma ampliação dos setores primário e secundário comparando os quantitativos de 2011 com os dos períodos de 2012 e 2013.

De acordo com o INCRA (2013) o setor primário do município de Oiapoque tem como atividades a cultura de laranja, mandioca, cana de açúcar; a criação de gados, suínos, além da pesca. E no setor secundário concentram-se a extração de ouro, o artesanato, assim como a fabricação de joias luxuosas em ouro. Importante ressaltar, que a economia do município está atrelada as interações da zona de fronteira, com ênfase as atividades relacionadas

ao garimpo e ao comércio bilateral que tem como influencia o valor que a moeda francesa possui (NASCIMENTO, 2009).

Sobre o salário mensal dos trabalhadores formais, a média no ano de 2015 foi de 1,9 salários, que comparado a outros estados do país ocupou a 2.500ª posição e em nível de Estado o 10º lugar (IBGE, 2017). Possui 1.506 pessoas ocupadas, com um percentual de 6,2% da população ocupada e em 2010 apresentou 42,5% da população que possui um rendimento mensal de até ½ salário mínimo.

No Geral os aspectos econômicos do município não estão entre os piores do Estado, mas também isso não significa um cenário econômico positivo, pois como mostra os dados anteriormente apresentados os setores produtivos do município são fracos em relação à magnitude do setor terciário e o PIB torna-se insuficiente diante de todas as demandas do município que acaba ficando à mercê da dependência de recursos do fundo de participação dos municípios.

4.2 ASPECTOS SOCIAIS

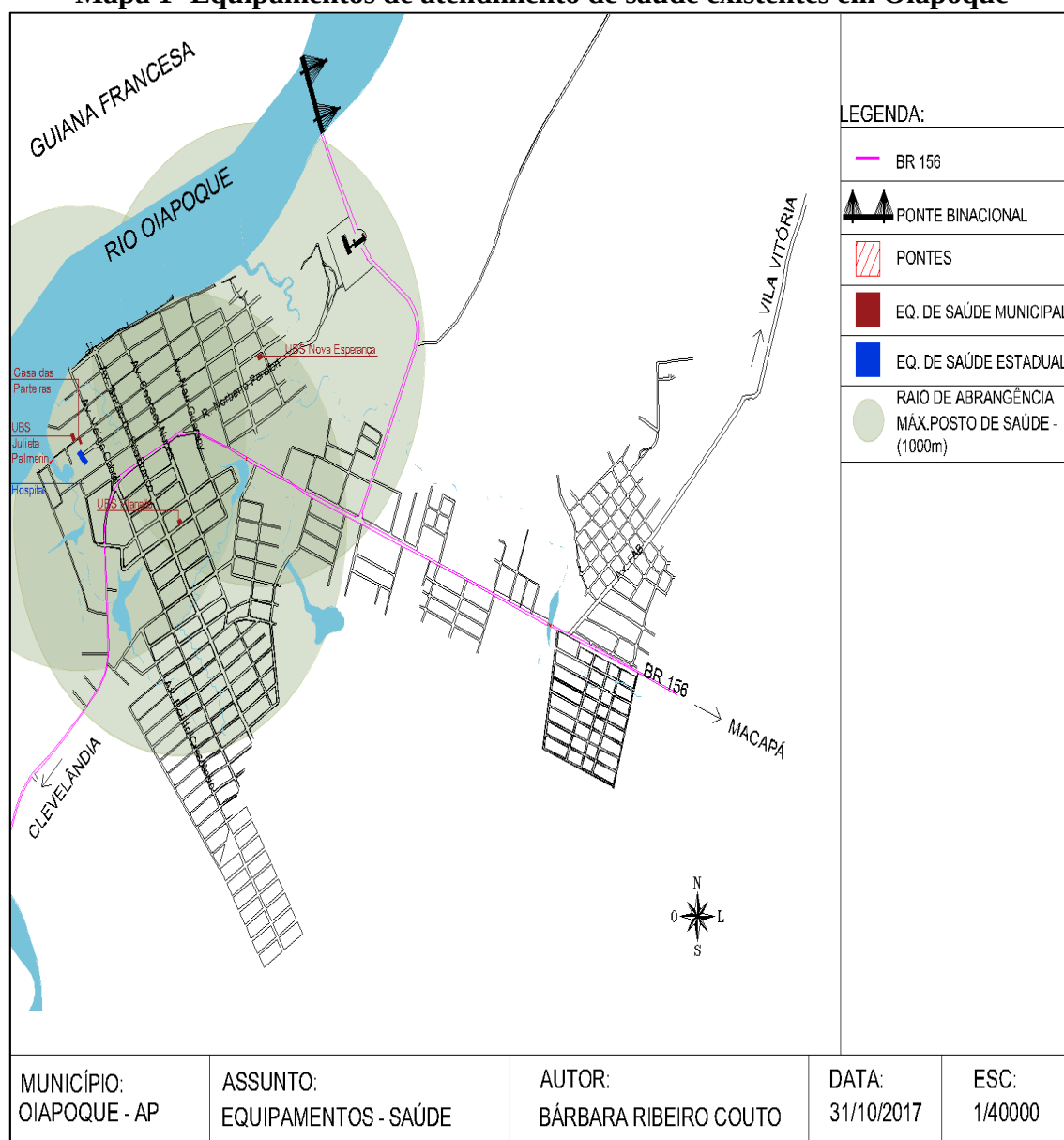
O município de Oiapoque possui uma população na ordem de 20.509 pessoas, distribuídas em uma área correspondente a 22.625,286 Km², o que se refere a uma densidade demográfica de 0,91 hab/km² (IBGE, 2017).

Fundamentado nos dados do IBGE, Silva (2013) aponta que a população deste município possui uma parcela significativa de jovens e um índice de natalidade tão alto quanto; assim como apresenta uma parcela pequena de idosos, o que pode sugerir uma baixa expectativa de vida para a população Oiapoquense.

O município de Oiapoque conta com 23 estabelecimentos de saúde SUS IBGE (2017), evidenciando-se uma clínica de reabilitação e fisioterapia, uma casa de parto natural, um hospital estadual e seis unidades de apoio ao Programa Estratégia Saúde da Família (CHELALA, 2015).

No Mapa 1 é demonstrado a distribuição desses equipamentos dentro do perímetro urbano.

Mapa 1- Equipamentos de atendimento de saúde existentes em Oiapoque



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Conforme pode ser observado, a oferta do serviço de saúde (figura 7) se concentra nos bairros centrais da cidade quanto ao raio de abrangência existe uma sobreposição dos equipamentos que deveriam estar mais bem distribuídos no espaço urbano, desse modo garantindo a oferta do serviço na mesma proporção a todos os seus habitantes.

Figura 9- Foto da vista do Prédio do Hospital Estadual de Oiapoque



Fonte: MDL Ambiental, 2015.

Quanto à escolaridade, Oiapoque concentra 46 instituições de ensino, as quais tinham matriculados no ano de 2015, no pré-escolar 1.002 alunos, 5.035 no ensino fundamental (figura 8) e 1326 no ensino médio (IBGE, 2017).

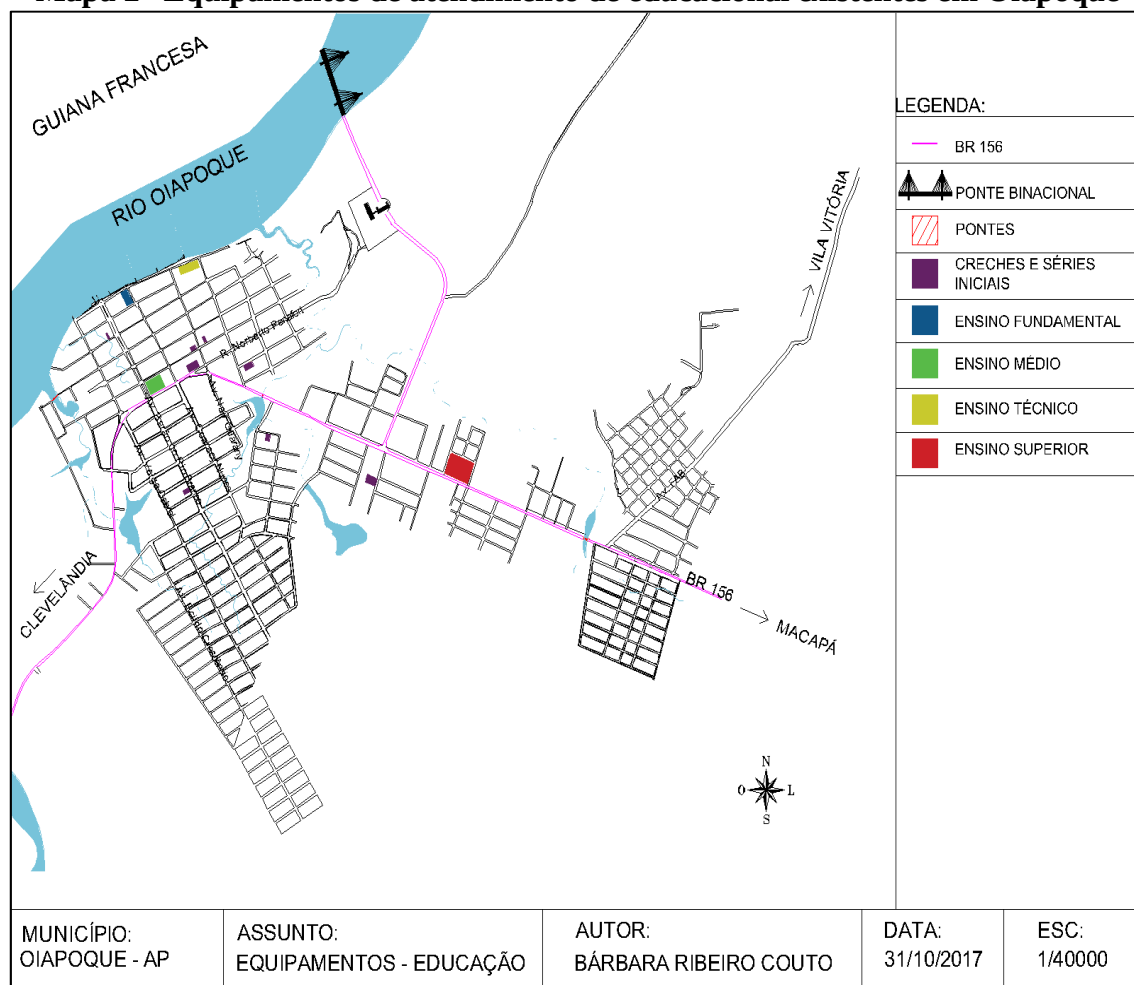
Figura 10- vista da Escola Estadual Joaquim Nabuco em Oiapoque.



Fonte: MDL Ambiental, 2015

O perímetro urbano concentra 10 instituições públicas de ensino dentre as quais 6 são da educação municipal (creches e educação básica), 2 estaduais (ensino fundamental e médio) e 2 federais (ensino médio/técnico e superior/graduação) como pode ser analisada no Mapa 2.

Mapa 2– Equipamentos de atendimento de educacional existentes em Oiapoque



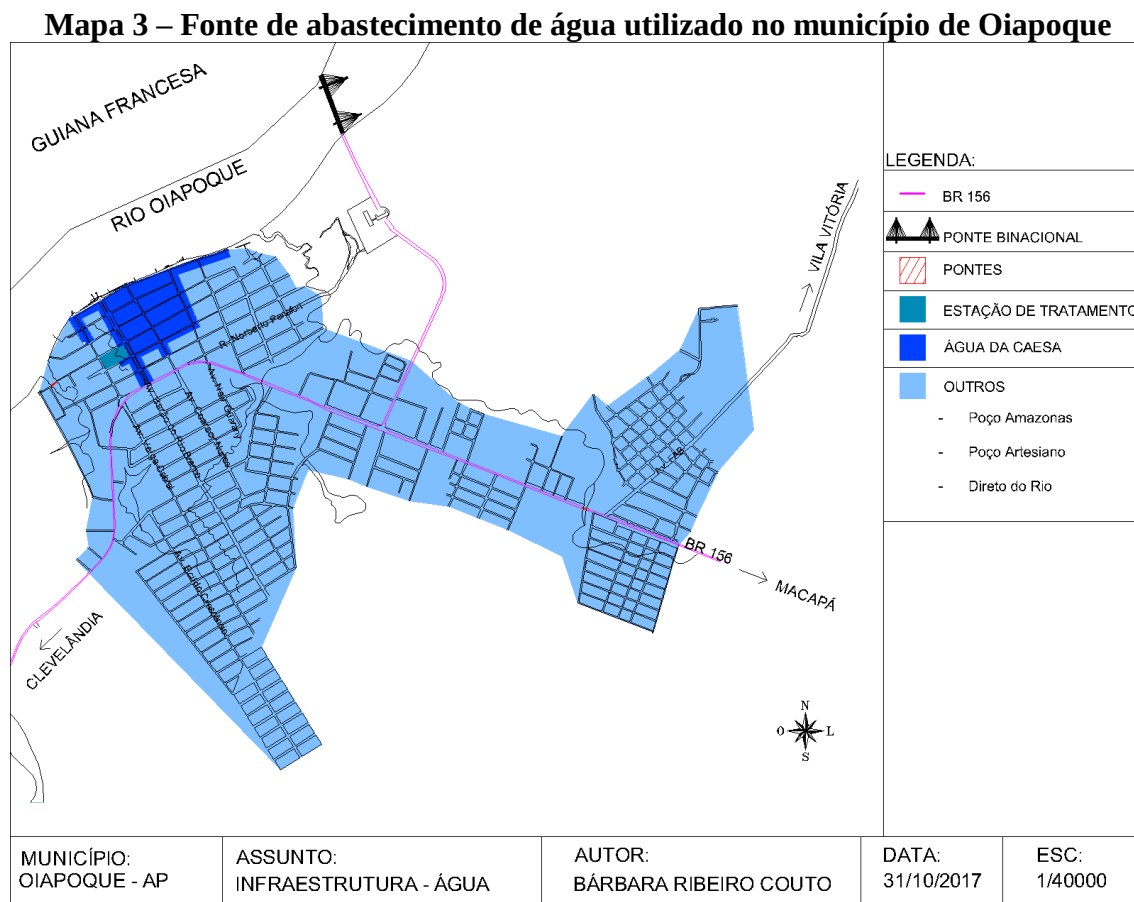
Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

As escolas que atendem às áreas urbana, rural e terras indígenas contam com um quadro instável de professores e nem sempre oferecem o ciclo completo de formação da educação básica aos seus estudantes, sendo muitas vezes atendidos por professores que se deslocam da capital a Oiapoque de forma sazonal e periódica.

Em comparação à média da região Amazônica nos itens saúde e educação, o município de Oiapoque apresenta um desempenho superior, o que não acontece com os setores de habitação e cultura. Comparando com a média do Amapá a diferença para os critérios de saúde e educação é mínima (0,011) (CHELALA, 2015).

Em se tratando do abastecimento de água de acordo com Plano de Saneamento de Oiapoque (2015) é feito apenas 30% de abastecimento necessário a cidade. A oferta é de responsabilidade da Companhia Estadual de Abastecimento de Água e Esgoto (CAESA) a abrangência do benefício limita-se ao bairro Central e algumas áreas de entorno o restante da

população tem como fonte o poço do tipo Amazonas enfatizando que a água oriunda dessa fonte nem sempre é própria para o consumo. Como retrata o Mapa 3.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Observa-se que a oferta de água em Oiapoque é precária e deixa a população em situação de adversidade e risco de saúde mediante a possibilidade de ingerir água contaminada, sem recebimento de tratamento e imprópria para o consumo. Destaca-se entre as principais doenças de veiculação hídrica a diarreia e disenteria, cólera, giardíase, amebíase; ascaridíase, infecções na pele e nos olhos, esquistossomose, dengue; elefantíase; hepatite viral do tipo “A” e “E”, leptospirose e doença de chagas (LAZZARETTI, 2012; RIBEIRO; ROOKE, 2010).

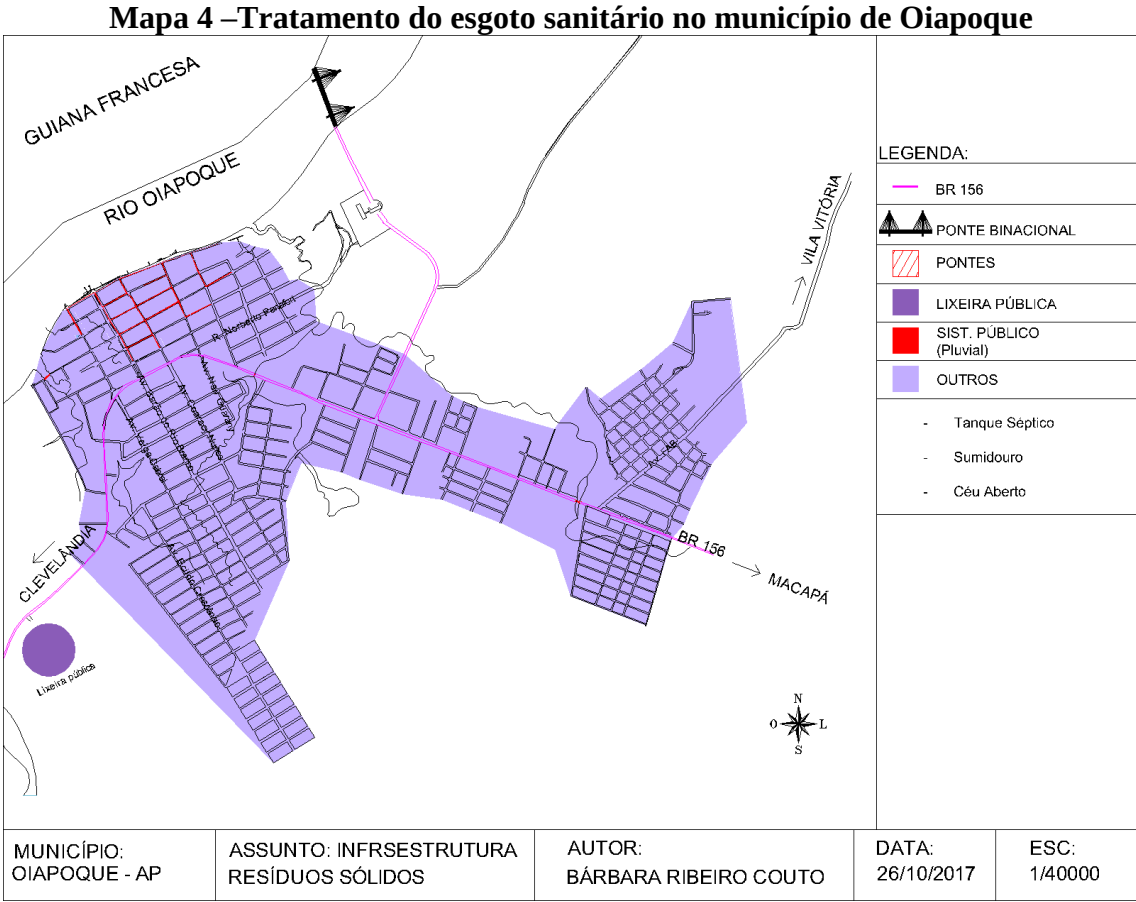
A rede de esgoto é quase inexistente no município de Oiapoque e as fossas fazem parte dessa realidade. A cidade não dispõe de serviço de coleta, tratamento de esgoto. Para o tratamento de esgoto são utilizadas as fossas sépticas ou sistema de água servida, em que os resíduos gerados na área urbana são despejados nas canaletas de concreto utilizadas para drenar as águas pluviais (figura 9).

Figura 11- Fotos do centro da cidade do Oiapoque mostrando aspectos da estrutura da drenagem de manejo de águas pluviais



Fonte: MDL Ambiental/janeiro/2015

O tratamento de esgoto sanitário apresenta uma realidade semelhante ao abastecimento de água, atendimento somente no bairro Central, demais formas adotadas pela população para destinação do esgoto são tanque séptico, sumidouro e descarte a céu aberto como ilustra o Mapa 4.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

É preocupante o atual cenário de oferta do serviço de tratamento de esgoto em Oiapoque, pois os riscos relacionados à contaminação hídrica e do solo (figura 10) causando desequilíbrio entre as interações ecológicas e pondo em risco a saúde do homem e do meio ambiente são altos.

Figura 12- Fotos mostrando as deficiências na rede de esgoto no centro da cidade do Oiapoque



Fonte: MDL Ambiental/janeiro/2015

Destaca-se, segundo o ICMBio, que no município do Oiapoque o serviço de coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos urbanos (lixo) é precário. Em alguns bairros, no entanto, a coleta é feita semanalmente, e na zona comercial isso é feito diariamente. Mesmo assim na paisagem urbana da área central é possível constatar grandes acúmulos de lixo (figura 10). Ainda segundo o ICMBio, no município não existe qualquer tipo de tratamento ou separação do lixo coletado, sendo depositado em um lixão que fica no bairro do Russo, um bairro da periferia da cidade. O chorume produzido do lixão escorre no rio Pantanarri, que deságua no rio Oiapoque, provocando o agravamento de problemas ambientais.

Figura 13- Fotos do centro da cidade do Oiapoque demonstrando a má disposição/colocação dos resíduos para coleta e o despejo de lixo nas vias públicas



Fonte: MDL Ambiental/janeiro/2015.

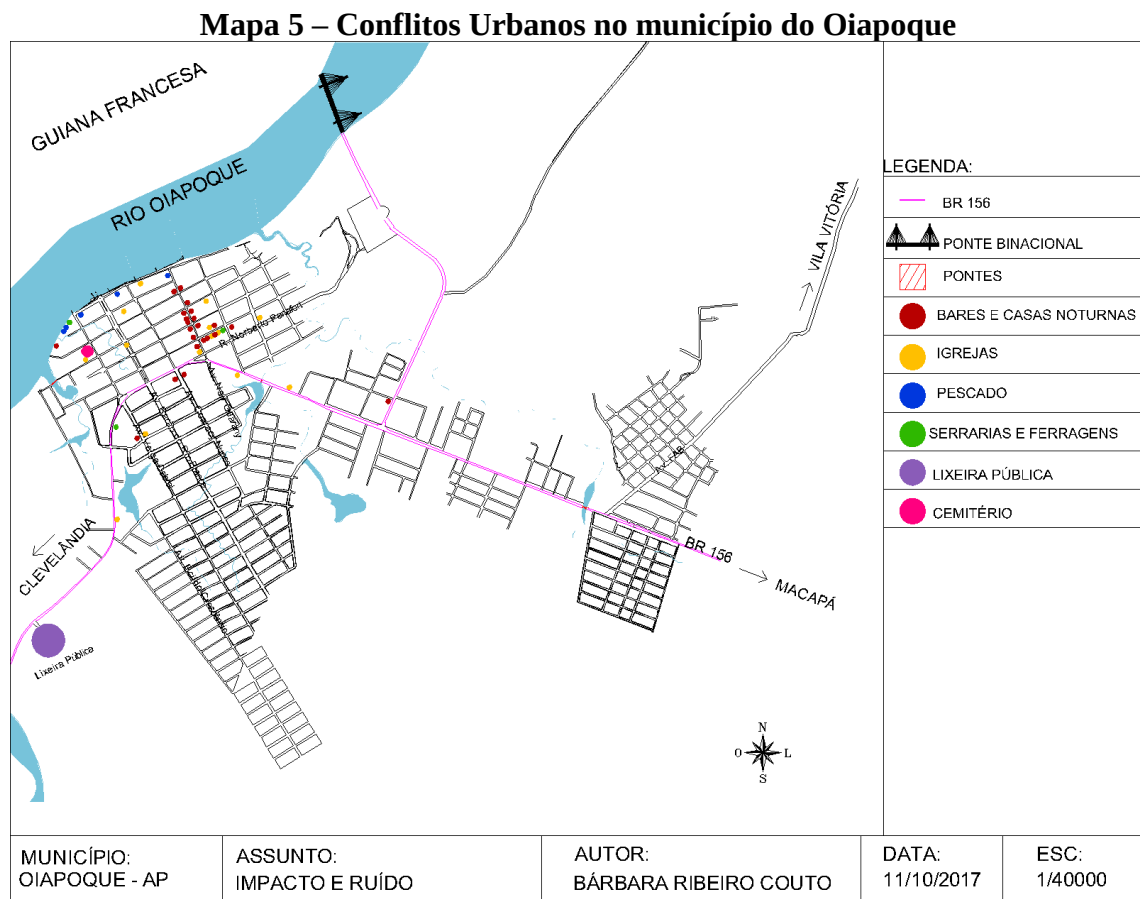
4.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

A maior parte do município de Oiapoque é ocupada pela floresta densa de terra firme 18.206,23 km² sendo a principal ocorrência para a tipologia de floresta densa de baixos platôs seguida por submontanhas. Os ambientes que se destacam nesse domínio são os litorâneos caracterizados pelos manguezais, áreas de várzeas, com predominância dos campos inundáveis (PTDRS, 2011).

A característica do ambiente associada à ocupação inapropriada dessas áreas que sofrem influência do regime de marés e que também funcionam ecologicamente como bacias

de escoamentos de águas pluviais deixam alguns pontos da cidade sujeitas a risco de inundação, erosão e desmoronamento.

Em referência aos conflitos ambientais presentes no perímetro urbano de Oiapoque o Mapa 5 identifica os principais, como a poluição sonora gerada por bares, casas noturnas e igrejas que estão dispostos em áreas próximas ou vizinhas e que por terem finalidades diferenciadas (bar, casa noturna $\neq$ igrejas) entram em conflito de interesses. A área de pescada também é um gerador de conflito ambiental com produção de resíduos orgânicos geradores de odores, sua disposição na área da orla diverge dos projetos que incluem a orla como área de interesse turístico da cidade.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Além do mais, existem serrarias e oficinas de ferragens construídas em área inconveniente. A lixeira pública no local onde está lograda é um incomodo para os moradores de Clevelândia e não menos importante o cemitério figura a maior preocupação dos moradores por conta de sua localização muito próxima ao rio e com residências no entorno que utilizam poço amazonas o que gera temor quanto à contaminação do rio, solo e o lençol freático, ainda

versam a lotação e impossibilidade de ampliação do cemitério fomentando a demanda pela construção de um novo cemitério no município.

Do exposto nota-se uma série de equívocos no processo de organização do espaço urbano do município de Oiapoque que afeta a qualidade de vida da população. Nesse contexto, Tostes (2016) enfatiza que os problemas urbanos das cidades bem como os existentes em Oiapoque podem ser solucionados quando houver uma real ligação entre os processos de planejamento e a valorização da participação social subsidiando seus próprios interesses.

4.4 EVOLUÇÃO URBANA

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991 a população de Oiapoque era de 7.555 habitantes. Nove anos depois já em 2000 atingiu 12.866, no Censo 2010 esse número sofreu um boom e chegou a 20.509 habitantes e em 2016 estima-se uma população em torno de 24.892, ou seja, existe uma evolução em termos de crescimento populacional ocorrendo em um curto espaço de tempo de forma acelerada.

Em se tratando da ocupação espacial também houve uma significativa mudança de uma população que em 1991 tinha 56% da população residindo na área rural e em 2000 houve uma transição passando o espaço urbano a comportar 68% no registro de 2010.

Esse cenário evolutivo da população torna-se complexo quando se observa uma série de déficits e carência de infraestrutura relacionada a questões fundiárias, pois a maior quantidade de terras do Oiapoque encontra-se no domínio da União, saneamento básico é precário, ocupação do espaço é desordenada (figura 10), prevalência de déficit habitacional e a não conclusão do asfaltamento da BR-156 (SILVA, 2013, 2014; TOSTES, 2012, 2014, 2016).

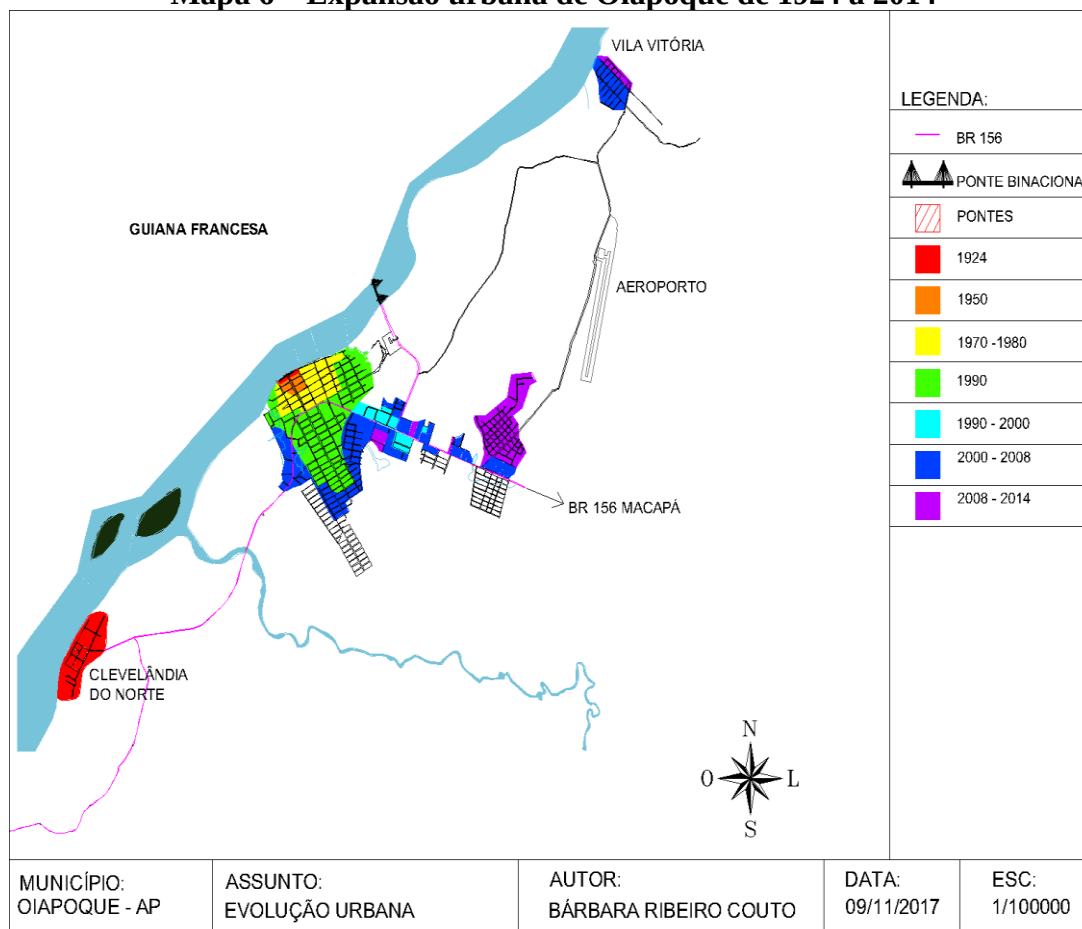
Figura 14- ocupação desordenada no Oiapoque



Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/8250/img-17.jpg>

A respeito do asfaltamento da BR-156 Porto (2002) ressalta que dentre as principais ações para organização do espaço amapaense (1985-1987) no caso de Oiapoque a ação era justamente a construção da BR-156 tendo por objetivo ampliar o acesso às áreas com potencial agrícola do norte amapaense e incentivar o comércio com a região do Caribe. Por sua vez a expansão urbana de Oiapoque formou-se em maior parte em decorrência do crescimento da população como mostra o Mapa 6.

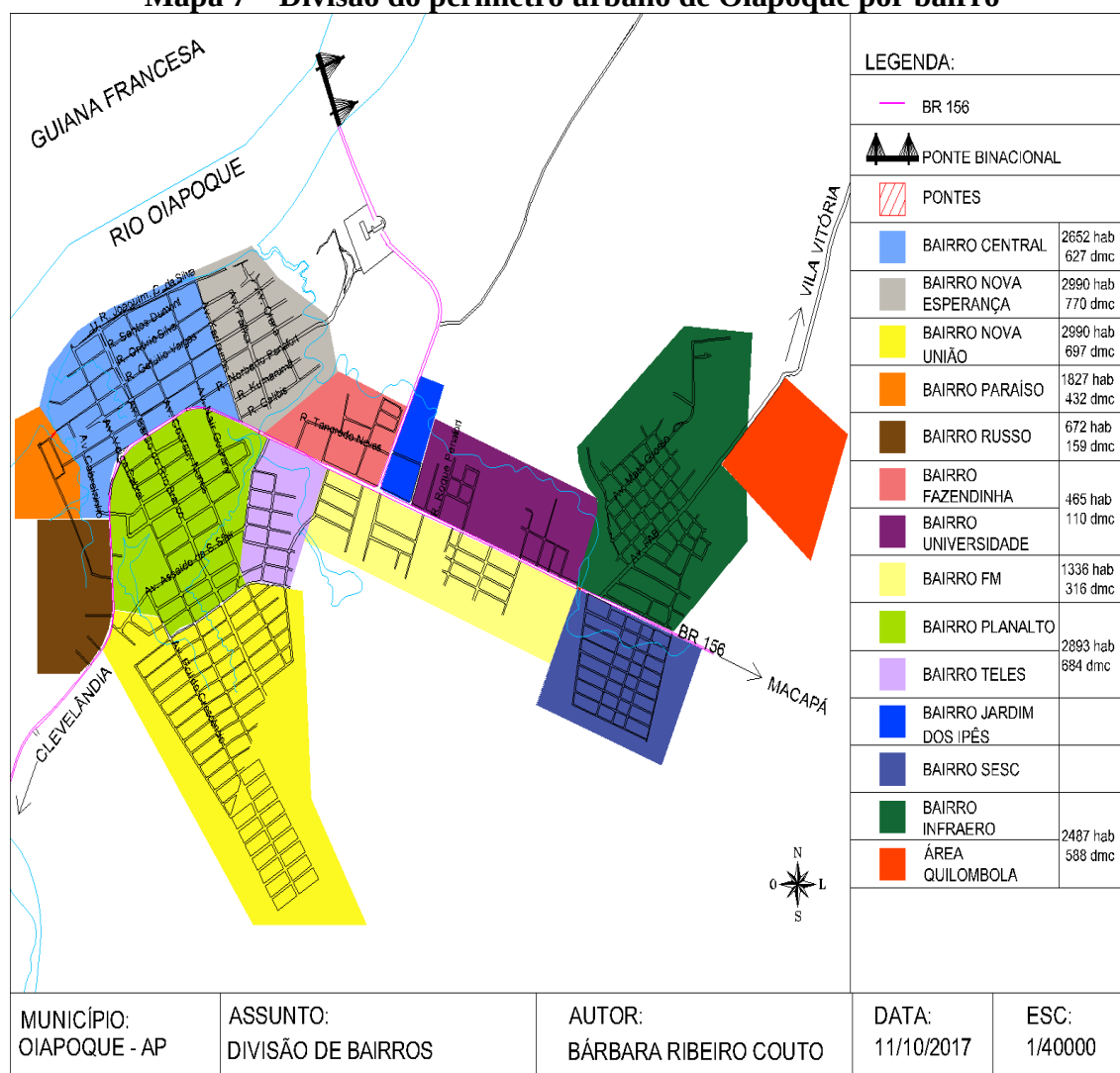
Mapa 6 – Expansão urbana de Oiapoque de 1924 a 2014



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Um aspecto interessante é o período de boom populacional (2000 a 2010) ser o mesmo período no qual a cidade se expandiu de forma rápida com destaque para o ano de 2008 com a ocupação irregular da área da Infraero que deu origem ao bairro Infraero o qual se tornou área de conflito fundiário e disputa pela posse da terra entre a União e o Município. O bairro Infraero em 2017 está entre os seis bairros mais populosos de Oiapoque fato que pode ser posteriormente observado no Mapa 7.

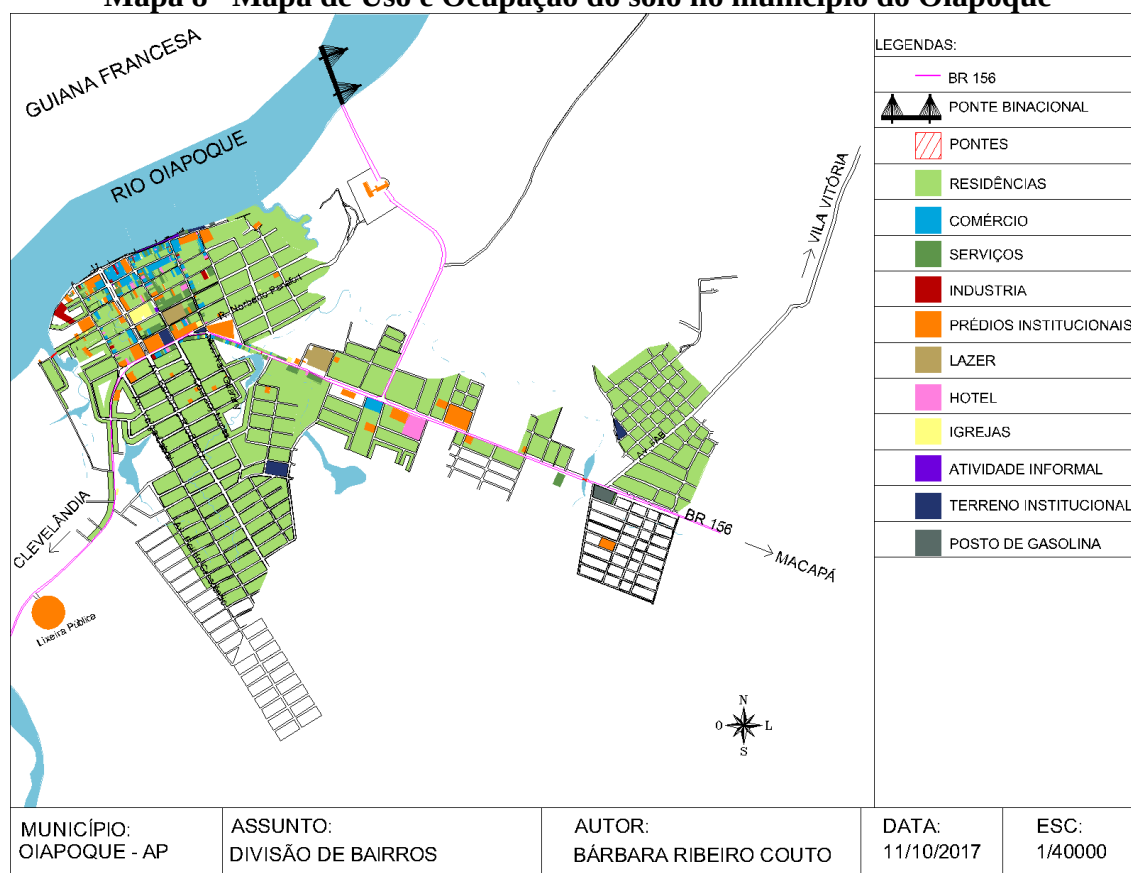
Mapa 7 – Divisão do perímetro urbano de Oiapoque por bairro



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

A atual configuração do perímetro urbano de Oiapoque referente ao ano de 2017 mostra a divisão de 13 bairros e mais Vila Vitória e Clevelândia que apesar da proximidade com núcleo urbano do município estão fora dos limites do perímetro urbano. Os bairros com maior quantitativo populacional e número de domicílios são o Central, Nova Esperança, Nova União, Planalto, Infraero e Paraíso. Quanto à forma de ocupação do espaço maior parcela destinada a residências com exceção do bairro central que dispõe da área comercial com a presença da maioria dos estabelecimentos do comércio, serviços, prédios institucionais e atividades informais. Já em se tratando de espaços de lazer nota-se que há em Oiapoque o espaço mínimo destinado a essa finalidade como pode ser visto no Mapa 8.

Mapa 8– Mapa de Uso e Ocupação do solo no município do Oiapoque



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

A lei Federal nº 6766 de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano ao fixar os requisitos urbanísticos no Art 4º, inciso I “(...) a implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para gleba (...)”. A deficiência na oferta de espaço de convivência e lazer a população de Oiapoque fere o disposto na referida Lei.

Também a Lei Orgânica do Município de Oiapoque de 1993 faz menção em seu parágrafo 6º à seguridade do direito ao lazer juntamente com os demais direitos sociais, no art.136 parágrafo único elenca o lazer como um direito social. No art.150 menciona a competência do município em fomentar as práticas de lazer da comunidade como um direito de cada cidadão. Portanto, da interpretação das normativas com análise da realidade posta no espaço urbano, pontua-se uma falha quanto à garantia do direito ao lazer, pois no atual contexto os moradores de Oiapoque não dispõem das áreas que necessitam para o desenvolvimento de suas atividades de recreação e divertimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é substancialmente prenhe de conflitos, contradições e lutas que se materializam e transformam a cidade, ao passo que o próprio espaço é produzido e reproduzido mediante relações políticas, econômicas e sociais que nele se estabelecem.

As pequenas cidades merecem uma pesquisa bem elaborada, sobretudo pelo importante papel que essas tipologias de áreas urbanas têm assumido ao longo dos últimos anos na rede urbana, sobretudo na região de fronteira, mediante o avanço das relações capitalistas, que não se limitam às questões da escala espacial.

Nesse sentido, a abordagem teórica proposta neste trabalho dá conta de esclarecer os conceitos tidos como chaves para o entendimento das influências da urbanização na pequena cidade de fronteira e o processo de planejamento da cidade, entendido também como um desdobramento do próprio processo de urbanização. Por outro lado, o limite dessa leitura apresentada assenta-se na impossibilidade de pensar o planejamento urbano como uma solução para os conflitos que surgem no espaço urbano ao passo que se relacionam agentes políticos, econômicos e sociais, envolvidos nessa dinâmica. Com efeito, o planejamento urbano não passa de um conjunto de ideologias se não houver uma mudança na postura de todos os setores da sociedade.

Os Projetos estruturantes como a Ponte Binacional não tem sido suficiente para reduzir os problemas de Oiapoque, apesar de alguns investimentos pontuais serem feitos, temos o entorno da ponte binacional exemplo de um cenário fechado para o desenvolvimento do município. Pois, a ponte tem fortes impactos ambientais, sociais e econômicos, influenciando diretamente a população e o processo de urbanização local.

A cidade de Oiapoque deve-se considerar aspectos que são peculiares e que caracterizam o espaço urbano deste importante Município localizado na fronteira. É importante lembrar que não são poucos os problemas lá existente e que estes se confundem com as novas perspectivas trazida pela implantação da Ponte Binacional e com a materialização da pavimentação da BR 156 que liga a capital Macapá ao extremo norte no Oiapoque.

Este estudo apresenta contribuição para o entendimento das transformações urbanas na cidade de fronteira Oiapoque. Dentre as questões analisadas, constatou-se que Oiapoque possui as seguintes características: cerca de 80% da população vive na cidade; e que no período de 2007-2017 a população aumentou em mais de 50%, superando, o crescimento dos maiores municípios do estado.

O trabalho concluiu, que Oiapoque é um município em processo de urbanização, que possui um aumento populacional significativo, mas sem o acompanhamento de melhoria na qualidade de vida dos habitantes. Além disso, constatou-se que sua posição geográfica fronteiriça; a estrutura fundiária e socioeconômica que apresenta; e a carência de políticas públicas em infraestrutura (qualidade da água, aumento do potencial energético, melhoria viária) são elementos essenciais para a sua dinâmica urbana.

No entanto, a urbanização acelerada sem planejamento tem como consequência problemas de ordem ambiental e social. O inchaço da cidade, provocado pelo acúmulo de pessoas e a falta de uma infraestrutura adequada, gera transtornos para a população urbana.

Uma das principais características da urbanização sem o devido planejamento é o inchaço das cidades, desencadeando graves consequências econômicas e sociais, esse fenômeno ocorre principalmente nos países em desenvolvimento, em razão da rapidez do processo de urbanização e da falta de infraestrutura.

Outros problemas ambientais decorrentes da urbanização são: impermeabilização do solo, alterações climáticas, ausência de saneamento ambiental, destinação e tratamento dos resíduos sólidos, entre outros.

É importante salientar ainda que atribuir ao planejamento urbano a solução dos conflitos da pequena cidade, não significa que esse exercício seja algo inconsciente e incompleto, mas, ao contrário. Tal instrumento pode e deve ser considerado como mais uma ferramenta essencial na busca pela justiça social e democratização dos processos urbanos, desde que esse pensamento esteja acompanhado de uma reflexão dos limites que o envolvem. O problema está na ideia reducionista de que o planejamento sozinho, sobretudo em vista da dinâmica atual, será capaz de promover na cidade uma mudança positiva da realidade.

A não concretização do plano diretor tem ligação direta com os entraves ligados à ação coletiva e sim ao indicativo e não entendimento por parte da gestão pública de aspectos normativos relacionados à sua obrigatoriedade em especial pelo desconhecimento da real necessidade que o município tem de implementar tal instrumento como foi demonstrado na descrição das características, sociais, econômicas, ambientais e urbanas do território, bem como a administração não compreende todos os benefícios que podem ser alcançados pelo município com a implementação do Plano diretor do Oiapoque.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.S; RAUBER, A.L. **Oiapoque, aqui começa o Brasil:** a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional. Santa Cruz: [s.n], 2017.

BEAUDOUIN, Morgane; RIEUBLANC, Eve; BOYER, Sandie. **Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios.** Amapá: [s.n], 2011.

BECKER, Bertha K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento Regional:** abordagens interdisciplinares. [S.l]: Unidesc, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federal Do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

_____. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2001.

_____. Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n5_rr_ap.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. **Censo demográfico 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. Cidades. Amapá. Oiapoque. **Estimativa da população 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160020&idtema=130&search=amapa|oiapoque|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. Cidades. Amapá. Oiapoque. **Estimativa da população 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Pesquisa de informações básicas municipais. **Perfil dos municípios brasileiros 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATO, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, J. F. A. **Cidades de Santana (AP) e Caiena (GF)**: um estudo comparativo sobre a concepção de planejamento urbano – 2000-2011. 2013. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

LOBÃO, Isabella Guimarães. **O processo de planejamento urbano na vigência do Estatuto da Cidade**: os casos dos Planos Diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhangaba. 372 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes. A. Implicações do contexto da zona de fronteira/BR-156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

OIAPOQUE. **Lei Orgânica do Município de Oiapoque de 23 de maio de 1993**. Com alterações aprovadas em 2000. Oiapoque, 2000.

OLIVEIRA, J. A. A cultura nas (das) pequenas cidades sustentáveis da Amazônia Brasileira. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004. Coimbra. **Anais eletrônicos...** Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Interações fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). 2.ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Expectativas da fronteira da Amazônia Setentrional: a busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional**: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE. **Projeto de melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de água na sede do município de Oiapoque-AP**: memorial descritivo e de cálculo. Macapá: PMO, 2011.

_____. **Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Oiapoque 2014.** Oiapoque: PMO, 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Oiapoque.** Oiapoque: Prefeitura Municipal, 2000.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Oiapoque.** Oiapoque: MDLAmbiental, 2015.

_____. **Projetos Executivos de Mobilidade Urbana de Oiapoque.** Oiapoque: PMO, 2015.

_____. **Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque.** Oiapoque: PMO, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS. **Território Extremo Norte do Amapá.** Macapá: PTDRS, 2011.

QUINTO JR, L. de P. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100011&lng=&nrm=isso>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E TESOURO. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá. 2011-2013.** Macapá: SEPLAN, 2015.

SILVA, Ana Regina Ferreira; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a diferenciação socioespacial na Amazônia: a sub-região fronteira internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional:** das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena, C. **Oiapoque:** potencialidades e caminhos neste século XXI. Macapá: EdUNIFAP, 2013.

_____. Integração Física Sul-Americana: Redes técnicas, território e escalas de ação no Planalto das Guianas. In: CARVALHO, G.; WAGNER, Alfredo. **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica.** Belém: FASE; Observatório Comova/UFPA, 2009.

_____. **Usos Contemporâneos da fronteira francobrasileira:** entre os ditames globais e a articulação local. Macapá: UNIFAP, 2008.

_____; TOSTES, José Alberto. Objetos técnicos que reconfiguram uma realidade periférica: notas sobre a organização do espaço amapaense vista pela ótica das redes técnicas. Rio de Janeiro;[s.n], 2011.

_____. “A integração física sul-americana. Redes técnicas, território e a escala de ação nos Planalto das Guianas”. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; CARVALHO, Guilherme. **O Plano IIRSA a visão da sociedade civil Pan-amazônica**. Belém: Actonaid, 2009.

SILVA, Gutemberg V.; RÜCKERT, Aldomar A. “A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)”. **Revista Confins**, v.3, n.7, p.22-27, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. **Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional Amazônica: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense**. [S.l;s.n], 2015.

TOSTES, José A. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

_____. Do Norte ao Sul do Estado do Amapá: A Configuração Urbana de Quatro Pequenas Cidades . In: TRINDADE JR, Saint Clair et al. **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: ICSA -UFPA, 2009.

TOSTES, José A. “Transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nas cidades do Estado do Amapá no período de 1950 a 2010”. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

TOSTES, José A. **Além da linha do horizonte**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

_____. **Aqui começa o Brasil: a cidade fronteira, cidade do rio e a cidade da rodovia**. Oiapoque: [s.n], 2014. Disponível em: <<http://josealbertostes.blogspot.com.br/2014/02/aqui-comeca-o-brasil-cidadefronteira.html?q=OIAPOQUE>>. Acesso em: 16 fev.2019.

_____. **Aqui começa o Brasil: as interações e implicações na fronteira internacional com a Guiana Francesa**. Brasília; ANPPAS, 2008.

_____. **Políticas urbanas intervencionistas nas cidades amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação**. Belém: ANPUR, 2007.

_____. **Transformações urbanas das pequenas cidades Amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. O Amapá e a Guiana francesa sob a ótica do corredor transfronteiriço. **Confins**, v.31, n.4, p.10, jun. 2017.

_____. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço. **PRACS**, Macapá, v.4, n.7, p.12-16, 2016.

WESLEY, Maria H. A. **Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na cultura e na soberania nacional**. Rio de Janeiro: ABD, 2012.